

DOIS PONTOS

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. _____

Nº 6

Um Jornal de Estudante

Cr\$ 4,00

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. *Deposito D. Moraes*

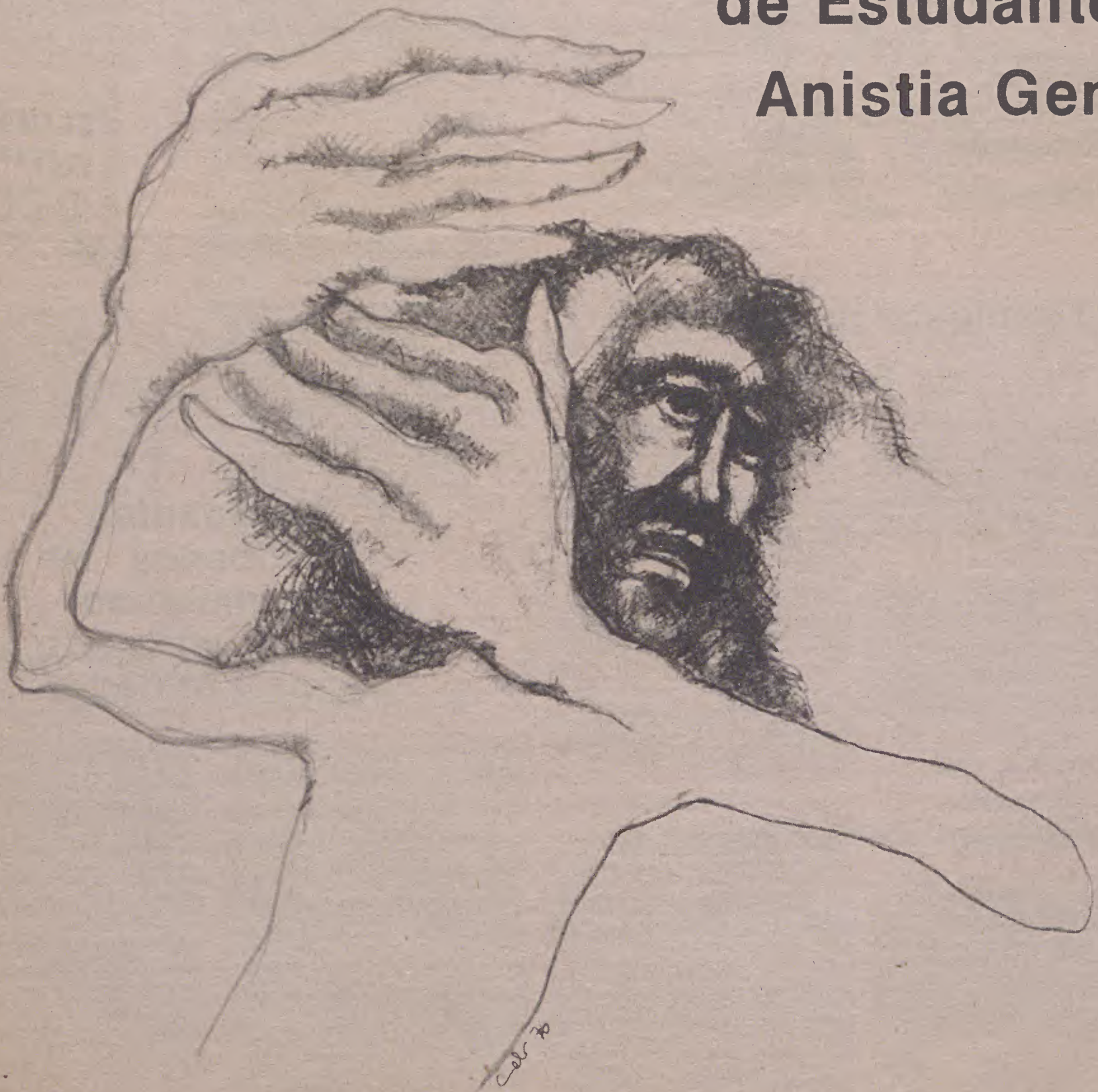
FUNDO CEMAP
DK 82/82

QUESTÃO DE ORDEM:

Assembléias Populares

II Reunião Nacional de Estudantes

Anistia Geral



Col 70



ANGU GERAL



Faculdade de Medicina dá Status!

A Faculdade de Ciência Biomédicas da PUC-Campinas, em seu primeiro ano de funcionamento, ainda não possui instalações e equipamentos para atender às necessidades de todos os seus 60 alunos. Mesmo assim, a diretoria da faculdade não hesitou em anunciar um vestibular, no meio do ano, para colocar mais 60 alunos no curso. Desse modo, serão 120 alunos a pagar a vultosa mensalidade de Cr\$1.500,00.

Mas este segundo vestibular realizou-se sob um clima de dúvida e desconfiança. Afinal de contas, o primeiro vestibular não foi tão tranquilo. De acordo com notícias publicadas por jornal campineiro, muitos dos excedentes daquele vestibular não foram selecionados exatamente por suas boas notas, e sim por seus parentescos com presidentes de bancos, empresários e professores.

Um D.A. que surge das brumas

Logo no início do ano letivo, alguns alunos já sentiam a necessidade de organizar uma entidade que defendesse os seus interesses. Mas antes que qualquer iniciativa fosse concretizada, surgia um «presidente» de DA, que entrou na classe, perguntando quem queria ser o tesoureiro ou diretor esportivo. «O presidente», por uma curiosa coincidência, é ao mesmo tempo aluno de Medicina e professor de Anatomia na Faculdade de Odontologia da mesma PUC.

A primeira reunião do DA, realizada apenas com a diretoria da entidade, tratou de uma excursão para a Europa ou Estados Unidos, além do Baile de Formatura da

primeira turma, daqui a quatro anos.

Apesar do desinteresse inicial do diretório, os alunos já percebiam os problemas

que teriam de enfrentar - baixo nível de alguns cursos, falta de equipamento, etc. E resolveram levar suas reivindicações diretamente à diretoria da escola. O encontro dos estudantes com o diretor e com reitor da universidade esclareceu muita coisa.

A reitoria aproveitou para declarar que as notícias veiculadas pela imprensa campineira sobre o vestibular tinham partido de alunos da Faculdade de Comunicações da PUC, que estariam com «ciúmes» dos alunos de medicina.

A razão disso seriam as verbas cada vez menores dos cursos de Ciências Humanas da PUC-Campinas, que tem realizado monumentais investimentos na área de Ciências Biomédicas.

E para acabar de uma vez por todas com os boatos de fraude, o diretor e o reitor, dirigindo-se aos presentes, pediram que se manifestassem os alunos que haviam entrado na Faculdade por conhecimentos ou por dinheiro. Nenhum aluno se manifestou.

O reitor e o diretor declararam também que é muito interessante investir numa Faculdade de Medicina, pois dá status para a universidade.

Além disso, lembraram que os alunos de Comunicação andam preocupados com ciclos de Cinema e Teatro, o que é um começo de subversão. E que se alguém estivesse interessado em subversão, que fosse para a USP. Neste próximo semestre, a organização dos estudantes deverá ser mais consequente, quando finalmente, serão realizadas eleições diretas para uma nova diretoria do DA.

PRÉVIAS: caminho para um DCE - LIVRE

Nove de junho passado, os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul escolheram, através do voto direto, a direção para o DCE/UFRGS na gestão 76/77. Foi a terceira eleição feita para o DCE; continuação de um processo iniciado em 74, e que na prática transformou as eleições indiretas, exigidas pelo decreto 228, em eleições diretas.

O DCE da UFRGS já tem dez anos de luta para se tornar uma entidade livre. Em 1966, a entidade foi colocada sob intervenção da Universidade que só findou em 70. Durante este período, os estudantes se organizaram em uma entidade paralela, o DCE-LIVRE, que entretanto não conseguiu sobreviver. Com o fim da intervenção, foram realizadas as primeiras eleições indiretas. Os estudantes votaram somente para os Diretórios Acadêmicos, e estes reunidos em um colegiado, escolhiam a diretoria do DCE.

Em 1974, reunidos no Conselho dos Diretórios Acadêmicos, os DAs encaminharam a primeira prévia para o DCE. O objetivo era tornar, na prática, a eleição direta, com amplo debate entre os alunos, ao mesmo tempo em que se esvaziavam as eleições indiretas, ficando o colegiado de representantes simplesmente encarregado de referendar o resultado obtido na prévia. De 1974 para cá, as prévias vem se afirmando. Mesmo proibidas pela reitoria da UFRGS em 74 e 75 a participação dos alunos vem aumentando a cada ano. Em 74, votaram 700 estudantes; no ano passado, 3566; e nestas últimas votaram 4386 estudantes. Este ano a reitoria preferiu apoiar a chapa INTEGRAÇÃO aparecida já no final do processo de realização da prévia. O grupo INTEGRAÇÃO, que conseguiu ganhar vários DAs de Economia e Odontologia nas eleições do ano passado, a princípio não apoiou a prévia, mas acabou participando com a palavra de ordem «Por um DCE aberto a todas as maneiras de pensar». Os estudantes identificaram claramente as posições reacionárias e governistas do grupo, que ficou em último lugar na prévia.

As duas outras chapas que participaram eram apoiadas, a chapa 1, pelos grupos UNIDADE E LIBERDADE e PERSPECTIVA, e a chapa 2 pelo grupo NOVA PROPOSTA. A chapa 1 colocava como pontos principais no seu programa: «livre funcionamento das entidades estudantis, ensino livre e gratuito em todos os níveis, melhores condições de ensino, liberdades democráticas e fim da dominação imperialista no país, afirmando que «o crescimento econômico baseado na

injeção maciça de capital estrangeiro, não serviu para a melhoria da maior parte da população e que para manter o regime atual foi necessária a perpetuação da repressão, que extinguiu as vantagens anteriormente obtidas através de grandes lutas do operariado». Já a chapa 2 colocava como pontos fundamentais: «a prática de liberdade, desenvolvimento de uma cultura de oposição e controle estudantil, embasados em uma visão crítica da sociedade e do autoritarismo nela reinante; esse autoritarismo de que se valem as classes dominantes na perpetuação de sua ditadura e que não se manifesta apenas nesta legislação de exceção, torturas e outras violências policiais, mas também e principalmente no conjunto de valores e instituições que visam perpetuar o sistema.»

A chapa 2 ganhou com 47% dos votos e os estudantes gaúchos deram mais um passo para sua organização livre e independente.

NOTA:

Informações recolhidas dos jornais «Lampião» e «Entrelinhas» do RS.



Estudantes Paraibanos se Movimentam na Criação de suas Entidades

Os alunos da Universidade Federal da Paraíba tiveram, durante oito anos, seus representantes no DCE, indicados por órgãos da Reitoria. Os diretórios Acadêmicos simplesmente estavam fechados.

No primeiro semestre deste ano, porém, um grupo de alunos passou a lutar contra o regime de intervenção e pela reabertura dos DAs. Neste sentido foi encaminhado um abaixo-assinado ao Reitor, exigindo que, pelo menos os estatutos e o regimento da UFPB fossem cumpridos. Apesar de não terem conseguido que os pontos fundamentais de suas reivindicações fossem atendidos, o processo eleitoral foi encaminhado. As eleições se deram em três fases distintas: na primeira, foram eleitos os representantes por cursos (de forma direta), que por sua vez elegeriam os presidentes e vice-presidentes dos DAs, e estes, na terceira fase elegeriam o presidente e vice-presidente do DCE. O processo eleitoral, foi controlado pela burocracia universitária que restringia a propaganda das chapas à cartazes tentando impedir a discussão dos problemas que mais afligem o estudante parai-

bano. Conseguiu-se, mesmo assim, que fossem distribuídos boletins informativos e até mesmo uma Carta Programa, na qual se baseou toda a campanha.

Entretanto, assembleias e debates se mostraram inviáveis. As duas chapas (Reabertura e Refazendo) que tinham por base os mesmos princípios, estavam inscritas tanto em escolas de João Pessoa como em Campinas Grande e Areia, cidades nas quais se encontram as unidades da UFPB. Em algumas escolas não foi possível a inscrição das chapas devido às decabidas exigências desde muito conhecidas: não ter dependência, não ter sofrido nenhuma penalidade, não estar matriculado no primeiro nem no último semestre, etc.

Atualmente, os estudantes da Paraíba tentam se colocar a par das lutas travadas pelo movimento estudantil em todos os pontos do país, e nesse sentido, pedem o envio de jornais, documentos, notícias sobre encontros, enfim tudo que for do interesse do movimento estudantil. A caixa postal é 288, João Pessoa, PB.

Paralisação da FAU

A paralisação iniciada em maio último pelos alunos do segundo ano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU), onde se começou a discutir com os professores seus respectivos cursos, conteúdo e relações em âmbito social mais amplo, sofreu pressões da burocracia, que tentava bloquear o movimento, ameaçando os alunos com faltas coletivas.

No entanto, a pressão exercida pelos alunos mobilizados foi maior. Aos poucos a paralisação abrangeu alunos de outros anos da escola e se procurou integrar as experiências de todos, numa tentativa de rediscussão do ensino de arquitetura e urbanismo.

A medida em que o movimento se fortalecia, tornando amplo o processo de discussão, alguns professores e a própria direção da escola começaram a apoiar os alunos com o intuito de fazer penetrar suas propostas de ensino e, ao mesmo tempo amainar o descontentamento. Grupos de alunos que também apresentava propostas fechadas, tentaram setorizar as discussões, compactuando com alguns professores no objetivo de ganhar terreno para suas proposições.

Basicamente encontravam-se duas propostas conflitantes. Primeira: luta pelas reivindicações imediatas tendo em vista a falta de condições para se elaborar um processo global de ensino, utópico para o conjunto de alunos e professores. Propunha a continuidade dos debates e a busca de formas organizativas que pudessem vir a dar um encaminhamento eficiente ao trabalho. Segunda: o plano de reestruturação do ensino

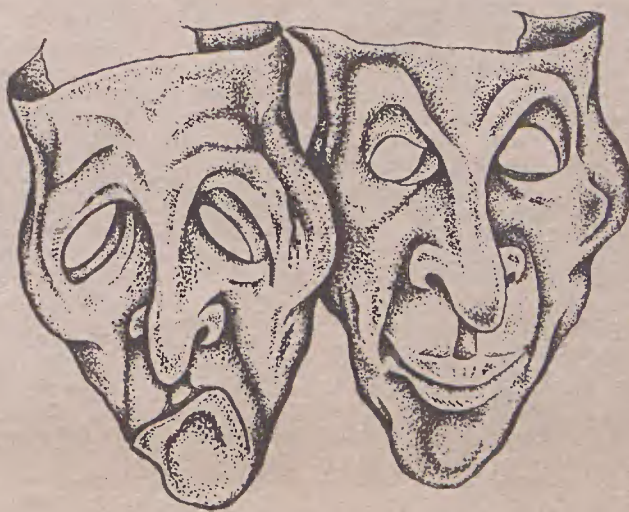
de arquitetura e urbanismo deveria ser discutido para que um esboço estivesse pronto para ser proposto a todos até o início de agosto de 76. Propunha-se a criação do atelier integrado, uma reivindicação que é feita há vários anos por alguns professores e alunos, sendo no entanto sempre rebatida. A proposta dava prioridade às matérias referentes a projetos e planejamento, enquanto matérias de suma importância, tais como história e tecnologia, passavam a ser simplesmente circunstanciais na medida em que estivessem vinculadas a projetos.

Além disso, enquanto os defensores da primeira proposta lutavam pela aprovação coletiva, os da segunda declaravam que os trabalhos curriculares deveriam ser entregues, o que era um tanto impossível, dado o longo período em que estes foram deixados de lado.

A partir do momento em que o movimento começou a ser isolado do Movimento Estudantil como um todo e se enfraqueceu, a direção da escola passou a ganhar campo: exigia a entrega dos trabalhos nos prazos previstos anteriormente. Aos poucos os alunos voltaram às atividades curriculares, aceitando as imposições. Terminado o semestre, restava a proposta de reorganização dos trabalhos e de retomada das discussões sobre a universidade, relacionada com toda a problemática de um país cujo governo se preocupa em formar técnicos cada vez mais integrados na produção capitalista, distanciando-se dos reais problemas da população e eliminando o caráter sócio-político do estudo, que se torna mera apreensão de técnicas.



Crise ECA/EAD



Em meados de maio os alunos da Escola de Arte Dramática (EAD) e os alunos do setor de teatro da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da USP, iniciaram um processo de discussão acerca de um dos graves problemas que afetam a esses dois cursos: a falta de um teatro para se fazer teatro.

Além de não terem as mínimas condições de ensino, (falta de professores, professores que dão aulas sem contrato e muitas vezes sem remuneração) os alunos ainda são obrigados a assistirem aulas num antigo barracão de Veterinária, onde não existem as mais elementares normas de segurança. O próprio FUNDUSP, organismo responsável pelas edificações da universidade, que tão pouco se preocupa com «ninharias» do gênero, condenou o prédio em virtude de suas péssimas condições. Com uma só sala de espetáculos, que comporta aproximadamente 150 pessoas mal acomodadas, uma rede elétrica que não suporta mais de trinta spots ligados, o «edifício» põe em risco a vida dos alunos e de todos os que ali trabalham.

Com três montagens concomitantes e um só recinto para ensaios e apresentações, os alunos das duas escolas resolveram ampliar o processo de discussão dos problemas comuns a ambos os cursos. Convocada

uma reunião aberta, que contou com a presença massiva dos alunos da ECA e EAD, deu-se início a uma campanha de denúncias sobre a precária situação do ensino de teatro não só na USP, mas também em todo o país. Entrou-se em contato com os alunos de artes cênicas, da Universidade Federal da Bahia, que não está aceitando novos alunos; com alunos do curso de teatro mantido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se vê na iminência de se tornar um curso superior, o que evidentemente significa mais uma forma de elitização do ensino e, com alunos e professores do curso de formação de atores da Fundação das Artes de São Caetano do Sul, onde as duas últimas turmas restantes, lutam contra a possibilidade de término do curso.

Como fruto dessa primeira mobilização, surgiu a necessidade de se criar na EAD uma entidade livre e representativa, até então inexistente, que pudesse suprir as falhas organizativas constatadas durante o processo; e que venha proporcionar maiores perspectivas para as lutas ainda a serem travadas. A efetivação da proposta de construção de um grêmio na EAD já dá seus primeiros passos e está sendo encaminhada por uma comissão aberta à participação de todos os alunos.

A vez da Pós-Graduação

Das discussões na época da greve da COPPE (Pós-Graduação de Engenharia da Federal do Rio de Janeiro) saiu a proposta da I Semana Nacional de Pós-Graduação.

Primeiro no Rio, depois tomando corpo também em São Paulo, a realização da Semana saiu, quase naturalmente, da necessidade dos estudantes trocarem informações entre si e analisarem a situação dos diversos cursos e do ensino de pós-graduação como um todo, travando lutas conjuntas.

A proposta da I SNPG, levada por alunos

de pós-graduação de vários cursos do Rio e de São Paulo, foi discutida em Assembléia, com mais de 500 participantes, durante a reunião da SBPC em Brasília. A proposta foi aprovada. A participação será aberta e o encontro não obedecerá às determinações que exigem sua aprovação pelo MEC. A semana está prevista para setembro, na PUC do Rio. Representações de nove estados já garantiram suas presenças. O tema, critério de votação e a data exata serão decididos em reunião, ainda esse mês, no Instituto de Física da USP.



Restaurante da USP na vanguarda do custo de vida

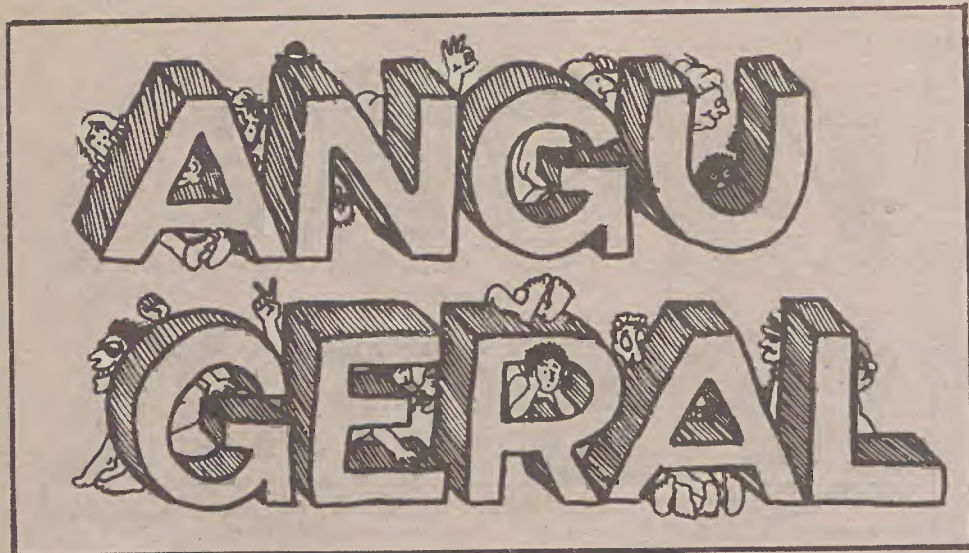
Os estudantes e funcionários que se servem no «CRUSP» (restaurante subvencionado pela Coordenadoria do Serviço Assistencial da USP) devem se preparar para uma nova surpresa: um aumento de 25%. A refeição, que custava em março deste ano Cr\$ 6,00, passa agora para Cr\$ 7,50. Convém lembrar que até o fim do ano passado pagava-se Cr\$4,50 pelo bandejão. Ou seja, em menos de 1 ano houve um acréscimo de 67% em cada almoço ou jantar. Entretanto não foi só este susto que o «CRUSP» pregou em seus «clientes».

Em março, uma estranha ordem, estabelecia que os funcionários deveriam pagar nada menos que Cr\$10,00. Ao passo que para os estudantes o preço continuava o mesmo. Os funcionários se organizaram e mandaram um abaixo assinado à COSEAS exigindo a diminuição do preço. O preço voltou a igualar-se. A discriminação até hoje não foi explicada, assim como não o foi o segundo aumento deste ano.

As tortuosas contas que se fazem para estabelecer estes acréscimos permanecem uma incógnita. Os serviços do CRUSP já chegaram mesmo a ser gratuitos «outrora»! O que mais intriga é o fato de que teoricamente este restaurante não deveria dar lucros, mas parece que não é bem o que acontece. Se a maioria dos bares e restaurantes do «campus» são concessionados a particulares que cobram preços exorbitantes (na Educação Física um bife c/legumes custa Cr\$20,00), o CRUSP parece seguir o mesmo caminho.

Comparando-se aos índices oficiais do aumento do custo de vida, parece que o CRUSP está andando bem mais rápido. Neste começo de aulas, o DCE-LIVRE da USP estará levando, com estudantes e funcionários, uma campanha contra esses aumentos absurdos.

Em tempo: o café de manhã do CRUSP subiu de Cr\$1,50 para Cr\$4,00.



Nanicos em Brasília

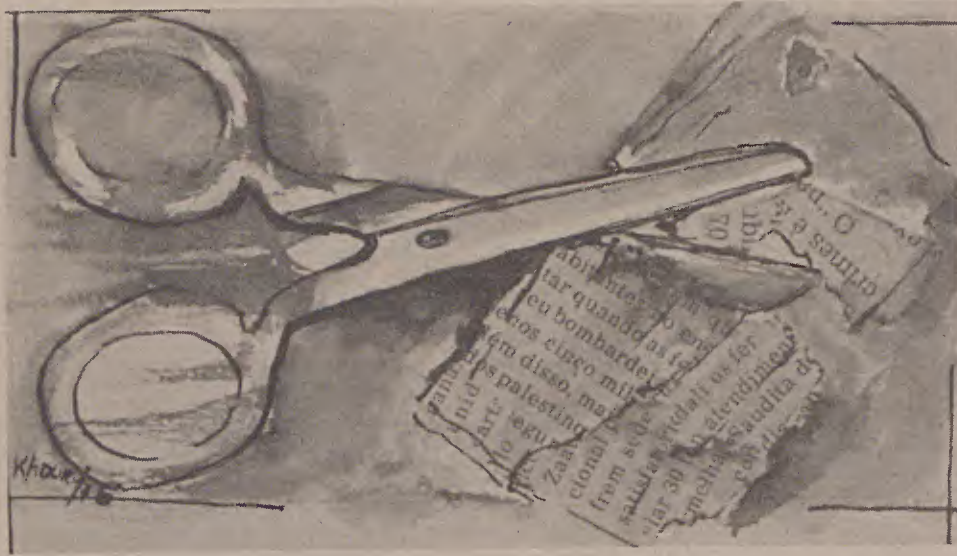
Nem a proibição do reitor, a burocracia universitária, o sol escaldante e a repressão policial (quatro guardas armados) impediram que a liberdade de expressão, a luta contra a censura e a necessidade da organização livre e independente fossem amplamente debatidas por cerca de 300 alunos da Universidade de Brasília, no dia 19 de junho, junto com representantes de vários jornais nanicos.

O encontro com a imprensa Independente (o primeiro que se tem notícia) foi organizado pelos alunos do Centro de Estudos da Comunicação (representação estudantil) já que, como se sabe, os estudantes da UnB estão com todas as suas formas de organização livres impedidas pela reitoria. Devido à falta de um local apropriado para uma mesa redonda, os representantes dos jornais **Versus**, **De Fato** (de Belo Horizonte), **Lampião** (de Porto Alegre), **Opinião**, **Movimento**, **Marco** (da Puc de Belo Horizonte) e **Dois Pontos** se reuniram com os alunos num teatro ao ar livre onde puderam, pela primeira vez, discutir conjuntamente seus problemas, objetivos e limitações.

Fernando Gasparian, do **Opinião**, denunciou a publicidade, ou seja, a censura econômica como a forma mais utilizada para pressionar a liberdade de opinião, como controladora de interesse e, portanto a maior barreira a ser vencida pelos jornais independentes. Sobre isso, Teodomiro Bra-

ga, de **Movimento**, ressaltou que o público foi deixando, aos poucos, de ser o grande interesse da grande imprensa, sendo substituído pelos anunciantes. Após fazer um breve histórico como a censura está agindo de forma declaradamente provocativa, no sentido não de proibir que **Movimento** expresse determinadas opiniões mas de fechar definitivamente aquele órgão, o jornalista deixou claro que a única forma de resistência contra a censura é o surgimento de um número cada vez maior de jornais independentes, formando uma grande frente de luta. Os jornais estudantis como **Marco** e **Dois Pontos**, tiveram também uma participação importante no sentido de transmitir formas de organização, ou seja, informações e dicas para que surjam novos jornais estudantis, em todas as escolas, como forma de denúncia de seus problemas e de defesa de seus interesses.

Quanto a isso, os alunos da UnB, que acabavam de ter as eleições para sua entidade representativa (o Diretório Universitário) proibidas pela burocracia universitária, saíram do debate convictos da necessidade premente que tinham de fundar um jornal, uma tribuna de denúncias dos estudantes. Para os jornalistas também ficou claro a necessidade de se realizar outros encontros desse tipo. Pelo que ficou decidido, sabe-se que o próximo será em São Paulo, em data a ser combinada.



Censura apreende «Opinião» no Rio e «Viração» na Bahia

Segundo a Polícia Federal, o brasileiro não pode ficar sabendo que a maior parte do que consome são produtos de multinacionais, que, na busca cega da maior acumulação de capital, não se preocupam em nenhum momento, em produzir e vender alimentos deteriorados.

Toda a edição número 195 do semanário «Opinião» foi apreendida na gráfica dia 30 de julho. Isso porque denunciava «A expropriação da Saúde no Terceiro Mundo» e trazia um desenho de capa que mostrava a morte (caveira com a foice no ombro) amamentando uma criança com uma lata de leite em pó. Além disso porque era publicado um artigo sobre o marxista italiano

Antonio Gramsci, mais um das inúmeras vítimas do fascismo.

Na Bahia, um companheiro nosso, o jornal estudantil «Viração», órgão oficial do DCE da Universidade Federal da Bahia também foi apreendido e nenhuma justificativa foi dada. Um estudante que se encontrava na gráfica acompanhando a impressão do jornal, foi detido durante a «operação». A caminho do DOPS, uma falha do motor fez com que a viatura policial fosse obrigada a parar dando chance ao estudante de fugir.

Os estudantes baianos já começaram a se mobilizar contra mais este ato de força. Em março deste ano, dois estudantes da UFBA já haviam sido detidos, a caminho do Rio de Janeiro, quando participariam de uma reunião estudantil.

AMEAÇAS

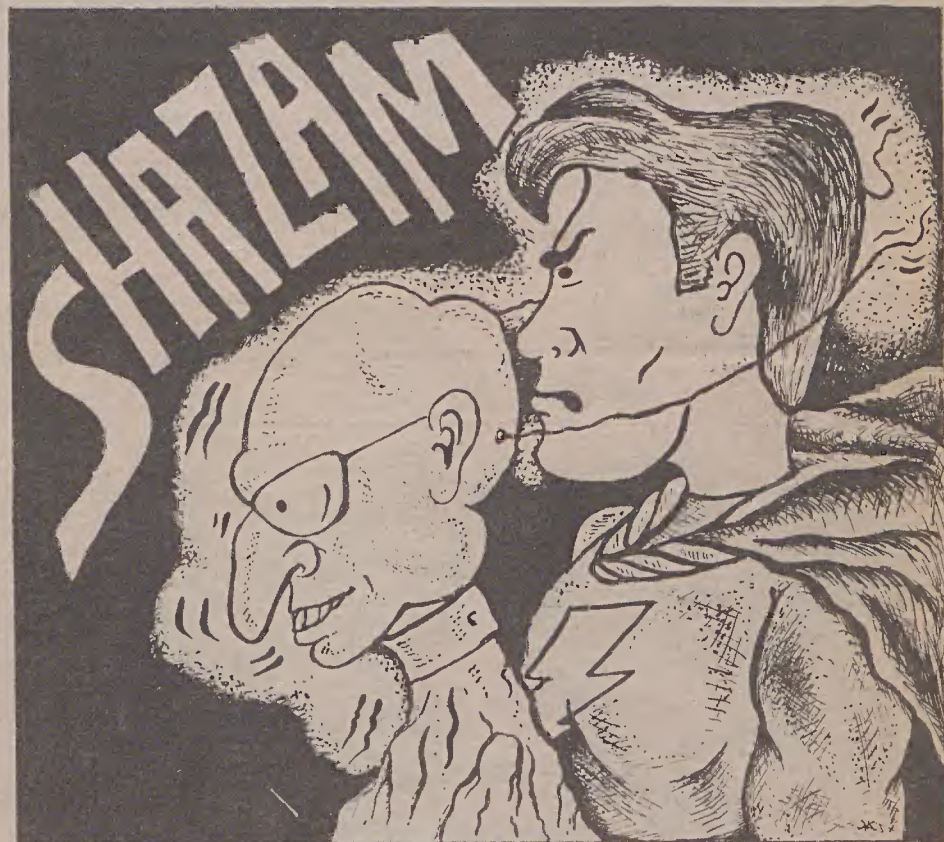


A primeira violência contra o DCE livre da USP foi o roubo das urnas que continham os votos de mais de 8.000 estudantes, que escolhiam a diretoria da entidade. Entretanto, as ameaças não pararam aí. O «terror branco» tem sido uma constante dentro da universidade. Membros da diretoria do DCE e estudantes que, de alguma maneira, estiveram comprometidos com sua formação, têm sido constantemente ameaçados por cartas ou telefonemas anônimos. O teor é sempre o mesmo: um aviso de que «estão de olho» e um «amável conselho» para que tenham cuidado. Mas o mais impressionante de tudo isso é que os endereços e telefones são sempre coincidentes com aqueles deixados nas secretarias das escolas no dia

da matrícula. Fora da USP essas ameaças também têm sido comuns: vários alunos da COPPE, envolvidos na greve do Rio, também as receberam.

Além dessas formas «veladas» de ameaças, o arrombamento da sala do DCE, no prédio da Escola de Ciências Sociais da USP, é um fato importante. Durante a noite, um dos vidros da sala foi quebrado e por aí alguém entrou, para trocar a fechadura. No dia seguinte os estudantes encontraram sua sala fechada e receberam um prazo de 24 horas para retirarem suas coisas. Curioso: na mesma noite do arrombamento o vidro foi substituído e aparentemente nada tinha acontecido de errado.

Os Estudantes e a SBPC



O primeiro incidente envolvendo estudantes na XXVIII Reunião da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — foi causado pelo aumento da refeição de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 15,00, no restaurante universitário da UnB.

Logo no primeiro dia de reunião, uma assembléia de 800 estudantes exigia da reitoria a volta ao preço anterior. O reitor, após algumas negociações, garantiu o fornecimento de 1600 refeições diárias, ao preço de Cr\$ 5,00. A partir de então, os estudantes, já mobilizados, procuraram estabelecer a mesma forma organizada de participação para as discussões da SBPC.

Suas posições a respeito dos temas em questão foram discutidas em uma assembléia que contou com a participação dos 800 estudantes, que aprovou sete moções levadas à reunião final da SBPC: 1º) contra o ensino pago e o crédito educativo; 2º) contra a implantação do curso de Estudos Sociais; 3º) contra a resolução 30; 4º) repúdio às pressões que vem sofrendo a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ (COPPE) e a expulsão dos 150 alunos de Planejamento Urbano e Regional; 5º) repúdio à situação repressiva criada, em Brasília, pelos órgãos de segurança (os alojamentos, as bagagens e os próprios estudantes foram, em diversas ocasiões, minuciosamente revistados) e denúncia da estrutura autoritária da SBPC; 6º) denúncia das frequentes repressões ao mo-

vimento estudantil; 7º) denúncia dos atos da reitoria da UnB frente às eleições para o Diretório Universitário.

A Diretoria e a ala dita «responsável» dos sócios da SBPC, capitalizando a expressão — estrutura autoritária da SBPC — moção nº 5, tentaram dar um golpe na participação organizada dos estudantes, considerada uma ameaça à própria sobrevivência da entidade. Foram resuscitados os fantasmas do baixo nível das discussões e do gigantismo das reuniões.

O que acontece na verdade, é que desde a reunião de Recife em 1974, passando por Belo Horizonte em 1975 e pela de Brasília este ano, estão sendo levantadas questões básicas por alguns cientistas (irresponsáveis), principalmente da área de Humanas, e exigem uma postura política da SBPC.

Questões como: A quem servem os cientistas? — remetem necessariamente a uma discussão que questiona o sistema econômico vigente no país pela base. E é essa discussão que está se tentando evitar ou pelo menos aprisionar em limites que não comprometam a posição dúbia em que se equilibram estes cientistas ditos «responsáveis».

Recusar-se somente a ser «anões inventivos» não basta. É necessário saber o que se quer ser e lutar por isso. É essa a questão fundamental que se coloca para os cientistas brasileiros. As assembléias da SBPC se propõem a ser um lugar para essas discussões e a participação dos estudantes é vital.

Editorial

Uma entidade de massa que nasce desvinculada de todo o aparato coercitivo imposto pelo Estado no Brasil hoje, possui, inegavelmente, uma série de limitações que atrapalham seu funcionamento. Some-se isso o cético desconhecimento por parte de muitos estudantes, que ainda não viram a importância e a necessidade de uma agremiação desse tipo.

Da classe dominante nada se espera em nosso benefício. Nossa perspectiva deve ser uma maior amplitude de nossas organizações livres e independentes. Buscar, além do entendimento, a participação ativa e consequente, o trabalho crítico de pessoas dispostas a defender o que já conseguimos.

Mas isto não se consegue quando se privilegia a inércia em nome de uma abstrata «ampla participação estudantil». Isto é: passa-se a desconhecer e subestimar o grande número de estudantes que efetivamente se engajam nas mobilizações e concretamente as realizam. Essa é a visão da atual diretoria do DCE-LIVRE da USP. É isso que devemos criticar.

O próprio processo de criação do DCE foi uma rasteira bem dada nas direções que em nome dessa «ampla participação estudantil» legitimam o imobilismo. Ou seja, falam bem claro que enquanto a maioria dos estudantes não discutir, não se conscientizar de seus problemas, tanto específicos como mais amplos, é desnecessário ficar a desgatar-se em assembleias gerais e lutas mais avançadas. Encaram participação efetiva nas lutas como resultado de um processo de conscientização realizado a partir das especificidades de cada escola:

discute-se em classe; vê-se uma peça ou um filme; participa-se de conferência e debates; realizam-se reuniões e depois parte-se para a luta em assembleias, em concentrações etc. Nada mais errado. As coisas caminham juntas; este dualismo, consciência e depois atuação; é falso. Tanto a discussão em classe como a participação em assembleias são conscientizadoras. Cada forma de luta vai em função do momento. As colocações de que só o trabalho em classe é efetivo, ou o seu contrário só assembleias; são teimosias absurdas. Uma forma de atuação vai em função da outra e vice-versa.

O momento exige firmeza e decisão; receitas terapêuticas indicando previamente etapas onde cada pessoa vai se esclarecendo individualmente para depois optar não funcionam. Por que? A resposta é clara se tivermos os olhos voltados para nossa realidade, que embora com situações específicas diferentes, possui algo bem comum: o descontentamento. O DCE-LIVRE da USP, totalmente desvinculado dos «doutos» representantes burocráticos do sistema, surge ao mesmo tempo que manifestações de massa - embrionárias é claro - como o caso do apedrejamento de trens, greves esparsas, revoltas de posseiros contra latifundiários (ver pág. 12), e de assembleias populares (ver pag. 8).

Em outros estados o movimento estudantil realiza eleições prévias que sufragam DCEs antes indicados por cúpulas, burlando o decreto lei 228 (ver *Angu Geral*). Em Brasília, onde não existe nem Diretório Acadêmico, tentou-se partir para um Diretório Universitário. Realizou-se, após oito anos de marasmo total, assembleias e passeatas até o MEC, com a participação de mais de mil e duzentas pessoas. Mas em virtude da organização ainda frágil, a repressão conseguiu temporariamente barrar o avanço das mobilizações. Proibiram as eleições, suspenderam vários

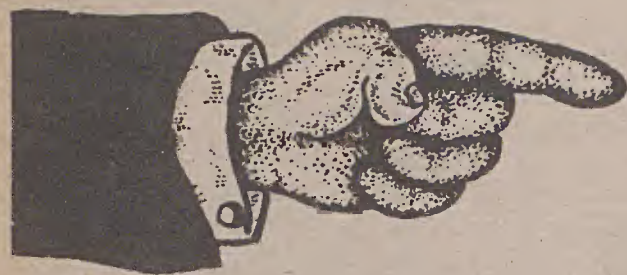
alunos e no final das férias, aproveitando o esvaziamento da universidade, expulsaram sete alunos.

Nós, em S. Paulo, concretizamos nossas assembleias, discutimos muito, brigamos, xingamos gregos e troianos, fomos surpreendidos pelo roubo de quarenta urnas, mas finalmente contamos bem contados doze mil votos. Contraditoriamente ao cerceamento imposto por um regime de força realizamos na prática um quase esquecido direito democrático: organizar-se livremente.

Mas não cabe aqui a apologia dos resultados alcançados e sim a sua consolidação tendo em vista perspectivas maiores. A tarefa hoje é fortalecer nossa entidade maior, é mostrar à diretoria que ali se encontra que os estudantes não querem esperar a adesão da universidade inteira para depois atuar, mas sim *conseguir* estas adesões. E para isso os estudantes precisam é de uma diretoria que tenha propostas claras e definidas, que avance na lutas, que atue nas condições concretas. Nossa participação ativa até a criação do DCE provou nossa capacidade de atuação. Se órgãos policiais arrombam nossas precárias instalações, ameaçam os componentes da diretoria, e esta não se movimenta. Se comissões não funcionam como o caso do Departamento Cultural ou Departamento de Imprensa, se o curso de férias não termina, alguma coisa está errada.

Inexperiência da diretoria? Também. Falta de uma atuação mais consequente das diversas oposições? Também. Mas fundamentalmente uma coisa: não é fácil construir uma entidade nos moldes do nosso DCE e mais

difícil ainda é sustentá-la. O primordial aqui, é pois, a firmeza política, a segurança no propor, no realizar. O respeito aos doze mil votantes, aos que futuramente votarão e aos que construíram este organismo.



Regimento Interno: a identidade secreta do 477

Enquanto a grande imprensa tenta amenizar a expulsão dos sete alunos da Universidade de Brasília (elogiando a não aplicação do decreto-lei 477) os estudantes de todo o Brasil começam a organizar suas manifestações de solidariedade a seus colegas. Para nós, estudantes, essa expulsão vem confirmar o que sempre soubemos: que as leis que regem a Universidade Brasileira são tão absurdas quanto as leis de exceção, já que ambas servem a mesma causa. Trocando em miúdos: a única diferença entre o Decreto-lei 477 e a expulsão, prevista nos Regimentos Internos, é que o primeiro impossibilita o estudante de se matricular em outra escola pelo prazo de três anos. A violência de ambas as medidas é igual. E a nós estudantes, cabe analisar, a serviço de quem está uma universidade que expulsa seus alunos «por fazerem política».

A Reorganização do Movimento Estudantil: uma das causas.

Não é necessário repetir que os últimos anos significaram um definitivo avanço para o ME, principalmente ao nível de reorganização das entidades representativas, livres e independentes.

A UnB fugiu à regra. Esse ano, pela primeira vez após 1968, Seus estudantes entraram em amplo processo de debates para as eleições do Diretório Universitário. Entretanto, em meio a esse processo, o Reitor daquela universidade achou que os estudantes «estavam fazendo política» durante a campanha. Diante desta constatação, uma Comissão de Inquérito decidiu pela expulsão de sete alunos e pela suspensão de outros doze. Em nenhum momento, entretanto, o Reitor, ou qualquer outra autoridade, em suas declarações aos jornais, deixou claro o que significa «fazer política».

Evidentemente, os estudantes analisaram as questões relativas à Universidade Brasileira e, evidentemente, se posicionaram contra o 477, contra o 228, contra o AI-5 e contra a própria Política Educacional do Governo. Essas são, sem dúvida, posições políticas. Mas, afinal, a universidade não está inserida em um determinado contexto social? Não interage nele e não sofre suas influências? Como, então, desvincular a universidade do resto do Brasil? Como deixar de fazer política?

Por que não o 477?

No segundo semestre de 1975 - época que coincide com o final da greve da ECA-USP - os estudantes tomaram conhecimento da recomendação do MEC aos reitores para que tratassem com mais atenção as reivindicações dos estudantes e tentassem o diálogo.

Sem dúvida, esse fato demonstra uma mudança tática da política oficial. Qual o seu significado? Os estudantes, durante o ano de 1975, manifestaram-se através de greves, documentos, paralisações, etc., contra o regime de força imposto ao Brasil. A «recomendação» chega exatamente no momento de refluxo desses movimentos. Do mesmo modo, a não aplicação do 477 tem esse caráter demagógico e, ao mesmo tempo, é uma tentativa de desmobilizar a opinião pública e os próprios estudantes - às vésperas das eleições municipais - já que as punições

foram aplicadas usando-se leis ordinárias e não os atos de exceção.

A decisão da Reitoria da UnB está inserida numa estratégia governamental mais ampla, que visa uma mudança na imagem do país a nível nacional e internacional. Em nome da paz, da ordem, da segurança, dos votos usa-se das leis ordinárias, dos regimentos internos. A nós estudantes resta denunciar esse jogo eleitoral e lutar contra a estrutura autoritária da universidade, pela qual somos ameaçados a cada instante.

As implicações da U.S.P. e sua Manifestação

Durante o inquérito, o C.A. Armando de Salles Oliveira da Faculdade de Engenharia de São Carlos e a Comissão Universitária (agora extinta) foram citados como culpados, pela impressão dos programas de duas das chapas concorrentes em Brasília. O Reitor da UnB pediu esclarecimento ao da U.S.P. que respondeu não reconhecer a Comissão e, portanto, não poder interferir. A resposta foi posteriormente usada para dar um caráter ilegal às plataformas.

Ao tomar conhecimento das expulsões, o D.C.E. livre da USP convocou a grande imprensa - que não compareceu - para esclarecer os fatos. O documento que seria entregue, assinado por aquela entidade e por todos os C.As. da U.S.P., dizia que realmente a Comissão Universitária havia impresso os programas por considerar «justos os pontos centrais dos programas das chapas concorrentes às eleições, pois estas expressam os anseios não só dos estudantes como também da maioria da população brasileira».

A acusação de ilegalidade, feita pelos reitores da U.S.P. e da UnB, é combatida pelos estudantes que reconheceram a Comissão Universitária durante sua existência, como representativa. No início do semestre letivo estão previstas manifestações de apoio aos estudantes de Brasília e repúdio as leis repressivas.

METENDO A FACÇA!

O governo vem tentando, já há muito tempo, eximir-se de suas responsabilidades para com a educação. Desde 1965, insistentes declarações oficiais vêm apregoando o ensino pago, ao mesmo tempo em que se nota a ampliação da rede particular de ensino em detrimento da rede oficial.

O processo de introdução do ensino pago é lento e cuidadoso: em nome de «melhores condições de ensino» são cobradas taxas simbólicas. Quando os estudantes reagem, há um aparente retrocesso. Ataca-se por outro lado: cobram-se serviços assistenciais, documentos de secretaria, etc. O objetivo é «acostumar» os estudantes ao pagamento.

Atualmente, com o crédito educativo, o governo tenta, mais uma vez, cobrar a educação. Para as escolas públicas o crédito significa a justificativa para o pagamento enquanto que, para as particulares, abre portas para maiores aumentos. Mas, de qualquer forma, não se trata de discutir quem e como pode pagar. Os dados oficiais mostram que a verba destinada à educação vem sofrendo constantemente reduções e que o ensino pago é meta do governo.

A taxa simbólica: o começo

A Faculdade de Engenharia Industrial — FEI — foi, durante muitos anos, gratuita. Aos poucos, os estudantes passaram a contribuir com pequenas quantias para comprar giz. Mais tarde, isso se transformou em uma taxa simbólica. Atualmente, a anuidade da escola é de aproximadamente Cr\$ 1.200,00. Assim como a FEI, muitas outras

universidades públicas já estão sendo pagas, como a UFMG e outras. Um documento do CCA da USP de 72, denunciava, inclusive, a cobrança de taxas simbólicas em escolas de nível médio. Mas, apesar dos esforços governamentais, algumas escolas têm conseguido resistir à implantação. A USP, em 72, realizou um plebiscito no qual os estudantes, em massa, disseram NÃO ao ensino pago. Outras escolas também vêm se mobilizando em torno de questões como aumento de refeições, pagamentos de serviços, etc. Nas escolas particulares, os protestos contra o pagamento (que sofre aumento de 30% ao ano) crescem a cada ano, paralelamente à queda do nível de ensino.

A Cásper Líbero já foi gratuita.

No primeiro semestre deste ano, os alunos da Cásper Líbero, através de seu DA, enviaram ao presidente da Fundação — Otávio Frias — uma carta pedindo «melhores condições de ensino» e denunciando, entre outras coisas, a falta de laboratório fotográfico, de máquinas de escrever e inadequação do prédio.

Sobre o baixo nível do ensino, a carta não se aprofundava, deixando clara a crença dos estudantes em solucionar seus problemas através de representantes oficiais. Essa posição, como já foi demonstrado várias vezes leva a falsas soluções. Só a mobilização direta e o trabalho de uma organização livre e independente pode conduzir uma luta corretamente, no sentido de satisfazer as verdadeiras reivindicações estudantis.

A carta ficou sem resposta até o dia em que o DA resolveu encaminhá-la aos jornais. Apesar de não ter sido publicada, no mesmo dia Frias a respondeu, justificando cada uma das acusações e propondo soluções paliativas. E, ele próprio, reconheceu que a escola já foi gratuita de 1946 a 1967. Mas a luta dos estudantes não chega a exigir a volta da gratuidade. Limita-se apenas a pedir melhores condições materiais de ensino que, ao menos, justifiquem as mensalidades.

Na PUC, as sobretaxas.

A situação geral da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é um tanto mais grave e, ao mesmo tempo, mais animadora. A seletividade econômica da escola é bem maior, visto que suas anuidades são mais altas. Na Cásper um aluno de Jornalismo paga Cr\$ 318,50 por mês. Na PUC, para o curso de Ciências Sociais, a mensalidade é de Cr\$ 500,00. Além do preço excessivamente alto, os alunos são obrigados a pagar sobretaxas, no meio do ano.

Isso já foi amplamente denunciado inclusive pela grande imprensa. Essa é uma forma encontrada pela administração para burlar a lei que permite «apenas» um aumento de 30% ao ano nas anuidades. Elas aparecem na forma de pagamento por créditos, por matérias novas incorporadas ao currículo na época das matrículas (férias) quando os alunos estão desmobilizados.

Entretanto, a administração da PUC teve surpresa: em 74, quando a portaria da sobretaxa (de Cr\$ 550,00) foi assinada, os

alunos se mobilizaram em repúdio a ela. A falta de entidades estudantis que centralizassem a luta fez com que ela se perdesse. Mesmo assim, as consequências da mobilização foram sentidas no semestre seguinte: em 75 não houve sobretaxa.

No primeiro semestre de 76, os estudantes novamente se mobilizaram, agora sob a liderança de suas entidades (recriadas em 75), lutando contra uma sobretaxa imposta ao curso básico (de Cr\$ 336,00). A administração acabou voltando atrás e os alunos puderam se matricular sem maiores problemas.

No Mackenzie, a burocracia.

Não é verdade que todos os alunos do Mackenzie não se preocupam com as altas anuidades. Alguns se preocupam e lutam contra elas. Mas, esse processo de reclamações não é, em absoluto, acompanhado por mobilizações. «Normalmente», diz um aluno da Faculdade de Engenharia, «as decisões da Reitoria são informadas através dos jornais dos DAs. Quando surgem problemas os DAs organizam uma comissão para encaminhar as reivindicações ao reitor. A maioria dos alunos só fica sabendo mesmo através dos jornais.»

Isso é bastante prejudicial pois marginaliza a maioria dos estudantes. As entidades estudantis são ligadas à burocracia universitária, impedindo manifestações efetivas. Isso esclarece, inclusive, a aparente calma daquela escola. O Diretório Central dos Estudantes é eleito pelos presidentes de DAs. A mensalidade é de Cr\$ 1.200,00 e a matrícula, Cr\$ 300,00.



II REUNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

Será realizada, no dia 28 de agosto, em São Carlos, a II Reunião Nacional dos Estudantes, aprovada durante a I R.N.E., que aconteceu em São Paulo, em abril passado. Estas reuniões significam um avanço concreto na reorganização livre dos estudantes a nível nacional. Até 1968, as lutas estudantis em todo o país eram centralizadas pela União Nacional dos Estudantes - UNE - extinta oficialmente em 1964 pela lei Suplicy de Lacerda, mas que subsistiu até aquela data. A partir daí não existiu outra direção centralizadora para as lutas estudantis.

A I Reunião Nacional e suas Propostas

A reunião de abril aprovou, além da realização da II R.N.E., uma semana por Liberdades Democráticas, a ser levada por todos os estados; a formação da C.N.E. (Comissão Nacional de Estudantes) e o critério de votação a ser adotado nas próximas reuniões. A Semana por Liberdades Democráticas teria como objetivo a união de todos os setores na luta contra a censura, as prisões, mortes, torturas, cassações, «única maneira», segundo a Convocatória da Comissão Universitária da USP, «de assegurar uma mudança nesse estado de coisas».

No primeiro semestre desse ano, a USP e a UFRGS, realizaram suas Semanas, devendo outras universidades encaminhá-las em outubro. A C.N.E. seria a encarregada de preparar a II R.N.E. e as demais. Seus membros, conforme a proposta vencedora, seriam representantes tirados em Assembleia por escolas ou universidades, na proporção de um para cinco mil estudantes. O critério de votação aprovado para as reuniões nacionais, embora provocando a retirada de várias delegações, foi aquele que pareceu mais justo e capaz de tornar tais reuniões representativas. O direito de voto pertenceria somente ao delegado, eleito em meio a um amplo processo de discussão nas escolas, na proporção de, um para quinhentos alunos, a reunião seria aberta a todos, com direito a voz.

Entretanto, esse processo não foi encaminhado. As razões são diversas: a heterogeneidade do grau de organização do movimento estudantil nos diversos lugares, a discordância de algumas entidades quanto ao critério de votação e, ainda, exemplos

como o de Brasília em que metade da delegação aprovou o encaminhamento das votações mas não pode efetivamente levá-la em vista dos problemas enfrentados durante as eleições para o Diretório Universitário (ver matéria página 5)

Novas Resoluções

Durante o XXVIII Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Brasília, em que estudantes do Brasil inteiro estiveram presentes, foi realizada uma reunião estudantil paralela, em que se reafirmou a II R.N.E. mas em moldes diferentes daqueles definidos em abril na USP.

Nessa ocasião o critério de votação - grande ponto de discórdia - volta à pauta. Afinal marca-se a data e o local - 28 de agosto em São Carlos - e decide-se que a reunião será aberta a todos com direito a voz. Os votos, entretanto, seriam dados por entidades (entendidos como C.As., D.CEs, escolas), cabendo a cada uma cinco votos. As delegações que se retiraram em abril voltarão a participar do processo, visto que será rediscutido o critério de votação dos futuros encontros.

Na pauta entrará também um Balanço do ME e um Encontro para Outubro

Mais burocratizada do que o previsto a reunião vai se realizar. E um rápido balanço do Movimento Estudantil mostra a importância que essas reuniões assumem, ainda que não sejam nos moldes desejá-

veis. As lutas travadas nos estados demonstram a crescente necessidade de união seja para o fortalecimento das entidades estudantis já existentes ou para a criação de outras onde não existam.

As Lutas

Na USP as mobilizações, desde o ano passado, convergiam para um ponto central: a criação de uma direção a nível de universidade. Da união dos estudantes em torno das lutas (Comitê de Defesa dos Presos Políticos, Contra o 477, Greve da ECA, Morte de Waldimir Herzog) resultou o DC E livre. Hoje é fácil comprovar o nível de organização e o espaço político - conquistado na luta - dos estudantes daquela universidade (o próprio fato da I RNE ser realizada em São Paulo evidencia isso). Mas nem só a USP vem conseguindo vitórias.

No Rio Grande do Sul, em Belo Horizonte os estudantes já elegem diretamente seus representantes. O decreto 228, que subordina as entidades estudantis aos órgãos oficiais, proíbe eleições diretas para os DCEs. No RS a Semana por Liberdades Democráticas foi realizada à revelia da Reitoria, que fechou prédios em que se realizariam as atividades da semana. No Rio de Janeiro os estudantes da COPPE (Coordenação de Pós Graduação e Engenharia da UFRJ) se mobilizaram na primeira greve do Rio após 68, reivindicando o aumento das bolsas e o reconhecimento do CRAC (Conselho de Representantes). Apesar do fechamento do curso de Planejamento Urbano

o movimento significou um avanço nas lutas, ao nível de organização e consciência. Já em Brasília, os estudantes não conseguiram fazer as eleições para o DU oficial. O Reitor, numa atitude arbitrária, suspendeu as eleições, advertiu professores e suspendeu alunos acusando-os de «fazer política» (ver matéria página 5).

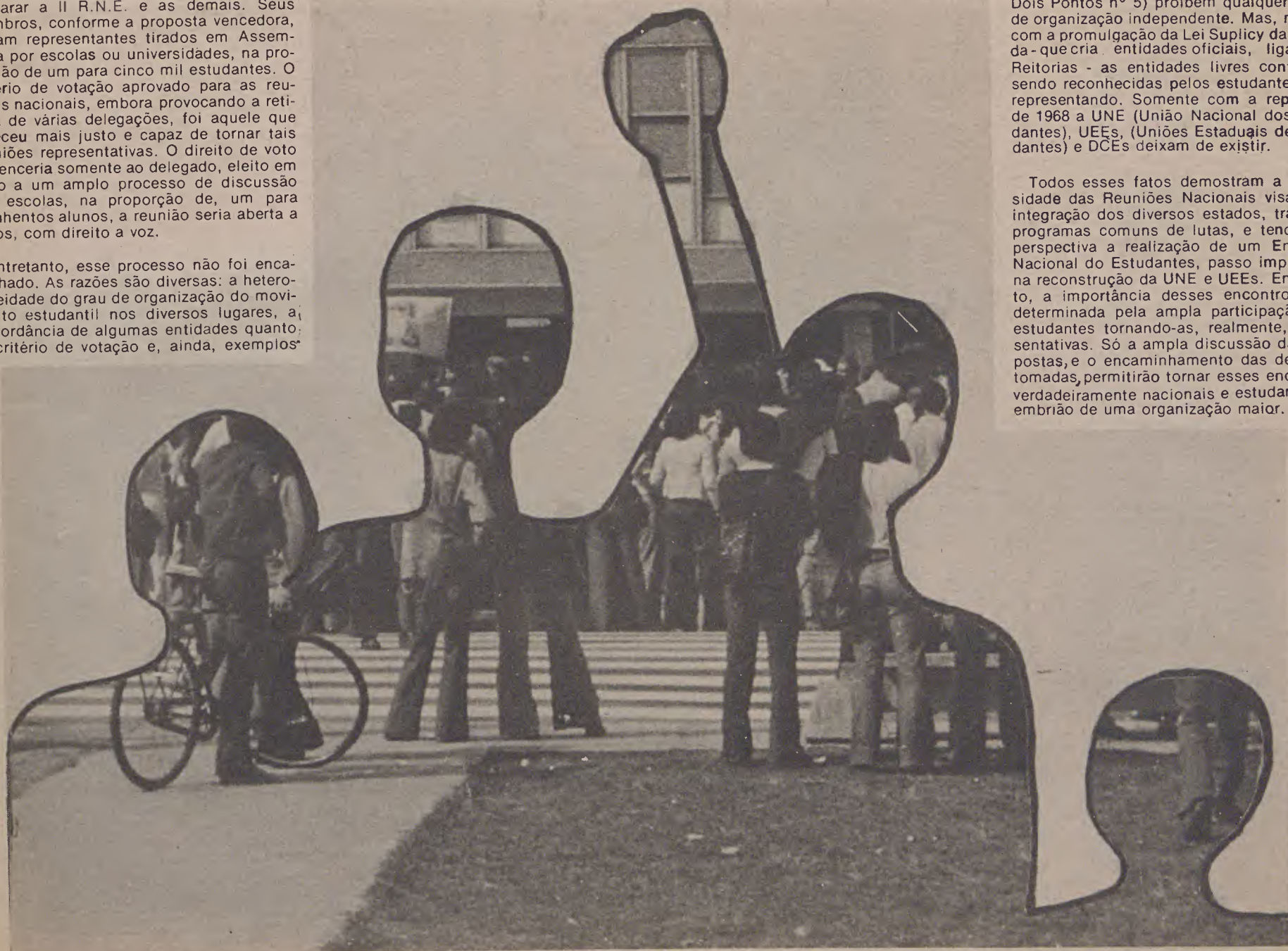
Unindo e Organizando

Essas lutas, entretanto, são sempre levadas a nível de escolas, universidades e, no máximo, de Estados. Praticamente não há troca de informações: as notícias, na maioria das vezes, chegam somente pelos grandes jornais, fonte nem sempre segura. Os problemas tendem a ficar particularizados e nem mesmo as lutas comuns - Liberdade de organização e expressão, melhores condições de ensino - são encaminhadas juntas. Além disso nunca se chega à raiz dos problemas, ou seja, a estrutura em que se funda a universidade brasileira e a consequente política educacional

A falta de uma direção nacional faz com que permaneça e até se aprofunde a defasagem organizativa existente nos vários estados o que dificulta manifestações gerais como, por exemplo, uma resposta ao autoritarismo do reitor da UnB. Essa situação é, em última análise, fruto da Política Educacional do Governo e de algumas direções que preferem que as lutas fiquem apenas dentro das escolas.

As leis e decretos posteriores a 64 (ver Dois Pontos nº 5) proibem qualquer forma de organização independente. Mas, mesmo com a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda - que cria entidades oficiais, ligadas às Reitorias - as entidades livres continuam sendo reconhecidas pelos estudantes e os representando. Somente com a repressão de 1968 a UNE (União Nacional dos Estudantes), UEEs, (Unões Estaduais de Estudantes) e DCEs deixam de existir.

Todos esses fatos demonstram a necessidade das Reuniões Nacionais visando a integração dos diversos estados, traçando programas comuns de lutas, e tendo, em perspectiva a realização de um Encontro Nacional dos Estudantes, passo importante na reconstrução da UNE e UEEs. Entretanto, a importância desses encontros será determinada pela ampla participação dos estudantes tornando-as, realmente, representativas. Só a ampla discussão das propostas, e o encaminhamento das decisões tomadas, permitirão tornar esses encontros verdadeiramente nacionais e estudantis em embrião de uma organização maior.



Assembléias Populares: um passo adiante

*«A mi me gusta ver correr
lleno de lumbre
lo que está quieto
y quieto
años enteros»*

Federico Garcia Lorca

Os trabalhadores no Brasil, impedidos de se utilizarem dos sindicatos como canal de reivindicações e aliados da prática do direito de greve, buscam formas de manifestar seu descontentamento. Em São Paulo, 5.000 pessoas se reuniram e denunciaram a política salarial do governo. Qual a importância que assume hoje uma manifestação fora dos canais institucionais?

Muitas foram as esperanças suscitadas com a chegada ao poder em 1974, do grupo representado por Geisel. O processo de distensão «lenta e gradual» tornou-se manchete da imprensa burguesa. Apesar de já ter sido negada, em palavras e atos, pelos que representam o poder, a distensão continua motivos de atenções. Parece haver, no entanto, condições objetivas que impedem a «abertura democrática», mesmo que ela só diga respeito às classes dominantes.

Em 1964, o que permitiu a união de diversas frações das classes dominantes foi não só o interesse ideológico comum — a preservação do sistema capitalista — mas também a dependência objetiva da indústria nacional frente à estrangeira. Essas condições já vinham se acentuando claramente desde a década de 50, com a constante expansão do capital, estrangeiro, principalmente nas indústrias de bens de consumo duráveis (1).

Se num primeiro momento a união de forças políticas se concretizou, e transcorrer do processo evidenciou a luta travada entre os grupos dominantes, para que um deles se tornasse politicamente hegemônico, ou seja, para deter o poder a fim de implementar uma política que o beneficiasse.

O novo regime iniciado em 1964 mostrou através de decretos e atos, que essa nova etapa do capitalismo necessitava, para sua consolidação, de um Estado autoritário, que concentrasse o poder — concentrando no Executivo os núcleos de decisão política e econômica, marginalizando o Parlamento, os partidos políticos e qualquer representação autônoma das classes oprimidas, tais como sindicatos e ligas comunistas.

Assim, se por um lado o Congresso (particularmente os setores ligados à UDN) (2) foi conivente com o golpe militar de 31 de março e procurou legitimá-lo, por outro lado a edição do Ato Institucional nº 1 e nº 2 veio logo dar ao chefe do governo a hegemonia do processo legislativo, além da possibilidade de cassar mandatos e suspender os direitos políticos.

O Congresso passou, desse modo, a simplesmente «apreciar» os projetos governamentais. Foram extintos os Partidos políticos (substituídos pela ARENA e MDB) ao mesmo tempo em que se ampliou a intervenção federal nos estados e a justiça militar passou a julgar civis acusados de crimes políticos. Em 1966, o próprio Congresso acaba sendo fechado, com cerco e ocupação militar.

Ao lado de todo o aparato jurídico-político de fortalecimento do poder executivo, e portanto, da fração de classe por ele representada, é preciso ter em conta as diversas medidas que atingiram a classe trabalhadora e que tornaram possível o modelo econômico instaurado.

Assim, logo após o golpe, desfechou-se a repressão sobre o movimento popular, os sindicatos caíram sob intervenção e muitos de seus dirigentes foram presos; a CGT, as Ligas Camponesas, a UNE e outras organizações foram proibidas e seus líderes perseguidos.

Além da repressão direta, estabelecem-se outras medidas em prejuízo dos trabalhadores. Logo após 1964, instituiu-se o que ficou conhecido como arrocho salarial — um dos pilares básicos do novo modelo favorecendo a concentração de rendas e acarretando a pauperização da classe trabalhadora. Esse arrocho foi possível graças a certas medidas paralelas. Os aumentos salariais, por exemplo, passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Nacional de Poli-

tica Salarial, segundo os índices (oficiais) de crescimento da produtividade e resíduos inflacionários. Desse modo os aumentos ficaram a critério do Poder Executivo, abolindo-se, na prática, o direito de barganha coletiva por parte dos trabalhadores.

É proibido aumentar os salários

Posteriormente, em 1966, as empresas se viram virtualmente proibidas de concederem aumentos (sob pressões de greves, por exemplo) que não se enquadrassem dentro das normas oficiais de reajuste de salários. Em consequência, os sindicatos que até então detinham função básica de órgãos de reivindicação salarial, se esvaziaram. O direito de greve passou a sofrer tantos cerceamentos que, na prática, tornou-se impossível por vias legais. As horas extras passaram a ser norma e a jornada máxima de oito horas de trabalho se tornou um direito que, novamente, terá que ser conquistado pela classe trabalhadora.

Em 1966 criou-se, através da lei 5.107, o FGTS, que substituiu uma antiga conquista da classe operária: a estabilidade por tempo de serviço. A estabilidade do trabalhador — conseguida após 10 anos de casa — era muito importante, na medida em que os trabalhadores estáveis contavam com uma maior segurança econômica e um maior espaço de resistência frente às imposições patronais. O fantasma da demissão não os importunava e isto fazia com que, nas lutas travadas, eles se constituíssem em lideranças naturais. Ao contrário, a «opção» — na prática é obrigatória — pelo FGTS permite à empresa despedir qualquer trabalhador, com qualquer tempo de casa. E a demissão é imediata, principalmente para aqueles que desmontam como liderança no meio operário.

Foi utilizando-se desses meios que, nos últimos anos, a «paz social» foi conseguida e o operário brasileiro considerado dócil, e não dado a conflitos sociais. É importante notar

que todas essas medidas repressivas são aspectos incisivos do processo de acumulação requerido pelo grande capital. O fato do crescimento dos salários permanecer aquém da produtividade e os trabalhadores não disporem de meios — greves — canais, sindicatos — de pressão, propiciaria o «milagre» econômico. Mas o processo que levou ao «milagre» não foi linear e sim tenso e contraditório.

Descontentamentos

Após 1964, as medidas político-econômicas que procuraram «racionalizar» a economia e fortalecer as indústrias mais «eficazes», levaram a uma política de favorecimento do grande capital, em detrimento das empresas pequenas e médias. Um exemplo disso é a política de créditos, que promove a formação de grandes conglomerados financeiros que tendem a associar-se aos grandes grupos industriais e agrícolas, transformando-se em conglomerados financeiro-industriais.

Nesse processo, ficam prejudicados os estabelecimentos de crédito de pequeno porte, a «fonte» de crédito das empresas menores. Outros exemplos: a política tributária, após 1964, impediu a sobrevivência de muitas empresas pequenas e médias, que foram incapazes de suportar o peso dos impostos. O mesmo se deu em relação ao controle administrativo dos preços.

Durante todo o ano de 1968, eclodiram manifestações de descontentamento em diversos setores da população. É nesse ano que a Frente Ampla (que reuniria velhos líderes políticos como Kubitschek, Goulart e Lacerda) foi declarada ilegal, por simples decreto do governo. A agitação estudantil e as greves operárias também sofreram a reação das forças governamentais.

E finalmente, em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que ampliou consideravelmente os poderes do Executivo.

Após o afastamento de Costa e Silva, assumiu o poder o grupo na época designado como

«linha dura», ultrapassando divergências que se acirravam entre setores da burguesia e dentro do próprio exército.

Através de mais uma série de atos e decretos, o papel do Legislativo ficou ainda mais distante do poder. Ao mesmo tempo, o Judiciário perdeu sua autonomia e independência. A imprensa, mesmo a que estava favorável ao regime, e a oposição consentida, foram emudecidas.

O Falso Milagre

Os recursos jurídicos, utilizados pelos sucessivos governos desde 1964, não são simplesmente atos de exceção, de força. Mais do que isto, são medidas que reestruturam o poder de tal forma, que alijam deste qualquer outro poder que a ele se oponha. Fortalecendo o Executivo, essas medidas lhe possibilitam o monopólio dos instrumentos da ação, permitindo um planejamento político e econômico integrado e coeso, livre de oposições ou críticas mais radicais.

Ao lado de todos esses fatores, a conjuntura internacional veio favorecer a realização do chamado «milagre brasileiro». A grande liquidez do mercado internacional de capitais significava investimentos e empréstimos em nossa economia. Além disso, o mercado parecia abrir possibilidades de exportação não só de produtos tradicionais, como matérias primas, mas também de produtos manufaturados e semi-manufaturados.

Mas as contradições internas do modelo econômico brasileiro, vieram juntar-se à crise internacional do capitalismo, acelerada em 1973 com o aumento do preço do petróleo.

A Novidade de 74: abertura

No ano seguinte, o recém empossado governo Geisel surge com um projeto político delineado: uma «distensão» (que levaria a uma abertura política) frente a uma conjuntura internacional desfavorável e um «milagre econômi-

co» que esgotara em pouquíssimo tempo suas potencialidades.

Na verdade, o Executivo permaneceu forte e os beneficiários em relação à política econômica continuaram os mesmos: a grande indústria e a grande finança.

A «abertura» se limitou à retirada de censura prévia de alguns órgãos da imprensa favoráveis ao governo, e à realização de algum debate por ocasião das eleições em 1974. Aliás, isso só veio a fortalecer o caráter plebiscitário daquelas eleições — na realidade um não ao regime.

Frente a esses resultados, as restrições voltaram a se impor. Um exemplo disso é a «Lei Falcão» e as limitações cada vez maiores a quaisquer tentativas de oposição.

Assim, ao que parece, nem mesmo uma «democracia restrita», que privilegiasse apenas as diversas frações das classes dominantes, tem condições de se efetivar.

Lo que estava...

Entretanto as forças sociais de oposição ao regime começam a se estruturar, nos últimos tempos, fora dos canais oficialmente instituídos.

As depredações de trens e ônibus que vêm ocorrendo na Baixada Fluminense e na Grande São Paulo, desde julho de 74, demonstram,

de forma violenta mas imediata, a impaciência frente a um estado de coisas.

Essas explosões assumem uma importância política, na medida que tendem a extravasar os canais permitidos. Mas trata-se, ainda, de responder às necessidades mais prementes, com alguma ou quase nenhuma organização. Desse modo, essas manifestações demonstram, na impotência de atingir seus objetivos, a necessidade de uma organização efetiva e independente.

O mesmo pode-se dizer dos conflitos pela posse da terra que cada vez mais se intensificam (ver matéria na página 8).

Outro tipo de manifestação, que denota um grau muito maior de organização, são as Assembléias Populares, que tem ocorrido nos bairros da periferia de São Paulo.

Um desses encontros, realizado no dia 20 de junho em Interlagos, chegou a reunir mais de

5.000 pessoas em torno de uma série de reivindicações comuns.

Essa Assembléia teve um período de preparação bastante longo, iniciado em agosto de 1974, e com um tipo de organização «sui generis» — clubes de mães, espalhados em vários bairros.

Os clubes realizaram 2.000 pesquisas, conseguindo dados concretos sobre a alta do custo de vida em relação aos salários.

Após um longo período de discussão, os trabalhadores da periferia leram um documento na Assembléia onde colocavam em cheque a política salarial do governo. Foi enfatizada a orientação do Executivo, que reajusta os salários de tal maneira que, na prática leva à eliminação do contrato coletivo de trabalho. (3)

A assembléia também expôs as consequências dessa política salarial ao cabo de doze anos: um índice elevado de mortalidade infantil, elevação dos acidentes de trabalho, horas extras que se tornaram compulsórias, etc. Os trabalhadores deixaram claro o quanto a prosperidade e o «milagre» econômico fizeram-se às suas custas. Entre as propostas da Assembléia, estavam o congelamento dos preços, o aumento de salários e os abonos de emergência, a organização de cooperativas de abastecimento e a construção de creches na periferia.

A organização desse tipo de manifestação é extremamente difícil, pois trata-se de reunir a população trabalhadora de diversos bairros. Assim mesmo, as Assembléias tem mobilizado um número cada vez maior de pessoas, em quanto as reivindicações se tornam cada vez mais políticas — da luta pelo aumento do número de ônibus, que foi o motivo das primeiras assembléias, luta-se hoje contra o arrocho salarial e pelo congelamento imediato dos preços.

E sua importância se evidencia ao analisarmos os estágios organizatórios que permitem, a conscientização que proporcionam e a vontade coletiva que exprimem.

No entanto, é preciso levar em conta o poder de pressão reduzido dessas reuniões que não podem agir eficazmente para que suas reivindicações sejam atendidas. Esse seria o papel desempenhado por organizações sindicais independentes e ativas.

Apesar das restrições, tem ressurgido, setorializadas, as greves por motivos econômicos ou por condições impróprias à segurança dos trabalhadores, etc.

Todo o cerceamento sofrido pela classe trabalhadora não tem sido capaz de fazer calar as forças sociais que espelham as contradições de nossa sociedade. E o que parecem demonstrar as manifestações populares.

(1) Como exemplos de bens de consumo duráveis pode-se considerar os automóveis e os eletrodomésticos em geral. Esses bens industriais começaram a ser produzidos a partir da década de 50, dando continuidade ao processo de substituição de importações.

(2) A estrutura sindical oficial se originou na Ditadura de Vargas (1937/45) dentro do espírito do corporativismo fascista italiano. Esta organização sindical caracterizou-se por sua rigidez vertical, ou seja, a cada setor da produção (comércio, indústria etc.) corresponde, tanto para patrões como para empregados, uma estrutura hierarquizada de sindicatos (base), federações (nível médio) e confederações (cúpula). A formação de uma central operária é impedida de existir oficialmente, como também se proíbem «frentes» ou «pactos intersindicais». Os governos posteriores a 64 mantiveram a mesma estrutura sindical, tornando-a, porém, ainda mais rígida, na medida em que as intervenções nos sindicatos tornaram-se mais frequentes. Outras leis — reajustes salariais a partir do Executivo, a lei de greves que, na prática impede o direito de greve — transformam os sindicatos em simples órgãos assistenciais. (3) O contrato coletivo de trabalho seria a fixação dos reajustes salariais através de acordos entre os sindicatos dos trabalhadores e os sindicatos patronais.



A campanha pela desestatização da economia brasileira começou em dezembro de 1974, quando o economista Eugênio Gudín, recebendo o título de «Homem de Visão 1974» que lhe foi oferecido pela revista *Visão*, declarava: o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer país com exceção dos comunistas. Isso pode prejudicar o afluxo de capitais externos para o país».

DESESTATIZAÇÃO E CRISE

Coincidentemente, vivíamos a época em que mais uma crise internacional do capitalismo se delineava, com todas as suas consequências. Focavam cada vez mais difíceis os financiamentos e empréstimos externos. Os termos de intercâmbio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se deterioravam mais uma vez para estes últimos (isto é, novamente os preços das matérias primas diminuem e os preços dos produtos industrializados aumentam) gerando déficits nas balanças comerciais de praticamente todos os subdesenvolvidos — o Brasil entre eles.

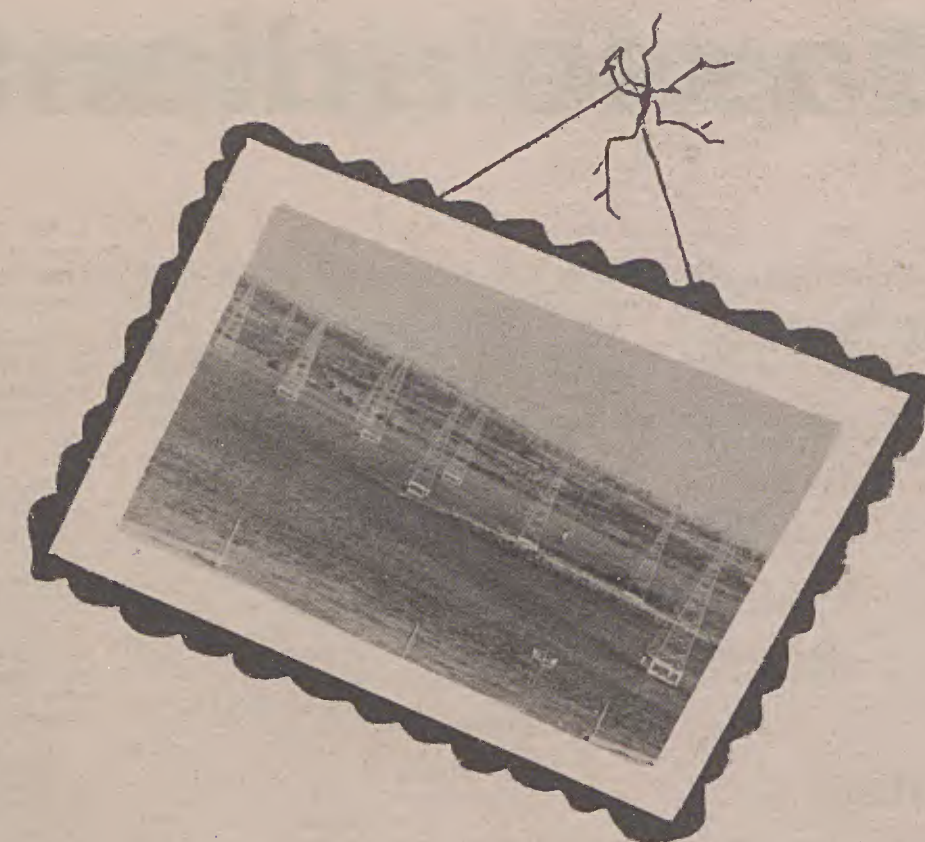
O déficit do balanço de pagamentos, antes equilibrado pelo crescente endividamento externo, é cada vez maior, tornando-se um problema de difícil solução. Justamente porque os investidores e financiadores estrangeiros estão cada vez mais desconfiados com uma dívida externa que o Banco Central estima em vinte e dois bilhões de dólares em 76.

E nesse panorama de crise, onde a tendência predominante é a concentração do capital (ou falando mais simplesmente, época onde os grandes engolem ou destroem os pequenos que não têm condições para aguentar a concorrência) que se desenvolve a campanha contra a estatização. Afirmando que o Estado está invadindo áreas econômicas que não são de sua competência, algumas vezes chegando a alertar para uma suposta socialização do país, a campanha se desenvolve, acalentada pela *Visão*, O Estado de São Paulo e *Jornal do Brasil*.

A NOVA PENETRAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO

A verdade é bem outra. Vivemos em uma conjuntura em que o capital estrangeiro amplia cada vez mais sua intervenção e domínio na Economia. O relatório alternativo do MDB para a CPI das multinacionais, cujos trabalhos se desenvolveram o ano passado já demonstrava isto. O capital estrangeiro que já dominava o comércio de exportação e importação e a indústria de bens de consumo duráveis, tem estendido sua penetração para a indústria de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis, bem como para os setores de mineração e financeiro, chegando até áreas tradicionalmente ocupadas pelo capital nacional como é o caso das indústrias têxteis e de alimentos, o comércio interno e a agro-pecuária (Movimento - 2/6/76).

Recentes estudos divulgados na imprensa, mostram que aumentam cada vez mais



QUEM SE BENEFICIA DO ESTADO?

os casos de associações de empresas nacionais com empresas estrangeiras.

Contraditório com a campanha? Não. E justamente nas crises que as possibilidades de crescimento diminuem, os créditos se restringem e os mercados também, e a concorrência aumenta. Nessa luta tudo vale. Na briga entre capitais estrangeiros, nacionais e estatais, o alvo principal escolhido pelos dois primeiros foram as empresas estatais.

E o que se vê então são as propostas mais descaradas, disfarçadas sob o manto de defesa do liberalismo político!!! Entendido como consequência direta de um liberalismo econômico enterrado nos anos 30 pelo próprio capitalismo depois da crise de 29.

AS ÚLTIMAS MEDIDAS

Em março último foi a Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo que propôs o caminho mais curto para que noventa por cento das empresas subsidiárias do governo de desestatizassem, quando esta mesmo governo sob fogo cruzado da campanha pela desestatização pediu sugestões aos empresários de como desestatizar a economia. A sugestão era vender em concorrência pública as empresas estatais (*Jornal do Brasil* - 28/3/76).

Em abril, foi o presidente do BNDE, Mar-

cos Vianna que sugeriu ao governo «soluções para o fortalecimento da empresa privada brasileira» (*Jornal do Brasil* - 18/4/76). As soluções? Financiar a compra de empresas ou projetos estatais por empresas privadas, sendo a dívida amortizada na proporção dos lucros líquidos efetivamente gerados pelas empresas assumidas e projetos implem... os, não sendo prefixado o período de amortização. (1) Ou seja, financiar com o dinheiro público para pagar quando der lucros, e se der. A empresa privada brasileira? Marcos Vianna listou algumas, segundo ele através de critérios baseados nos níveis de desempenho e de ética, por ele conhecidos no trato com estas empresas. O que se sabe é que são empresas, em maior e menor grau associadas com o capital estrangeiro.

As coisas ficam ainda mais claras, quando se vê o Ministro das Minas e Energia proclamando que seu maior sonho é ver as ações da Petrobrás e da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) negociadas no mercado financeiro internacional. Aliás, as ações da CVRD já estão sendo negociadas, a título experimental, na Alemanha. (*Gazeta Mercantil* - Maio/76) Isso tudo depois dos contratos de risco.

Ao mesmo tempo, o Estado, desempenhando seu papel, também vai tentando reequilibrar as forças em jogo. Assim é que recentemente divulgou no documento (Ação para a Empresa Privada Nacional, o Governo e a Economia de Mercado) quais são os pressupostos básicos para a desestatização não criar no país um processo de desnacionalização e observar a divisão de trabalho entre o governo e o setor privado, estabelecida no II PND.

(O Est. de S. Paulo - 17/06/76).

LICÕES A TIRAR

As acusações, portanto, de que a estatização leva a um Estado autoritário (nós já temos um há tempos) ou os vivos à empresa privada, porta bandeira da democracia e da liberdade, só mascaram o conflito desses interesses, de onde o capital estrangeiro continua saindo como principal beneficiado.

O que determina se o Estado é ou não democrático não é a sua maior ou menor atuação direta na economia, mas sim que classe controla e se beneficia desse Estado. E nós sabemos muito bem que as classes populares hoje não participam desse Estado nem muito menos o dirigem.

NOTA

(1) As empresas e projetos propostos por Marcos Vianna para serem «doados» ao capital privado são: 1. - Ultrafertil (Petroquisa) 2. - Projeto Valefertil (CVRD) 3. - Projeto Alumínio (CVRD) e Alumínio S/A 4. - Projeto Rio do Norte (CVRD) 5. - Projeto Fosfato em Patos de Minas. 6. - Projeto Carajás 7. - Fisiba-Fibras e outras empresas têxteis 8. - Salgema 9. - Maferasa 10. - Cosim, Usiba e Cofavi 11. - Acesita 12. - Cenibra (CVRD) 13. Loide e Costeira 14. - Companhias Estaduais de Seguros 15. - Ecex (Construção civil).

Estatização x Desestatização: um falso debate

Noite de 20 de julho, no auditório da Ciências Sociais - USP; tem início curso de férias promovido pelo DCE-Livre. Com a divulgação bastante prejudicada - motivada pela negativa do diretor da Escola Politécnica, em ceder o anfiteatro, para onde estava anteriormente previsto o curso - com apenas metade dos lugares ocupados; foram apresentados os debatedores da noite: Luciano Coutinho da UNICAMP e Chico de Oliveira, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O tema do debate: **ESTATIZAÇÃO X DESESTATIZAÇÃO.**

DOIS PONTOS tenta reproduzir aqui as colocações principais dos dois debatedores na medida em que elas desmascaram os interesses que estão por trás deste debate e colocam a questão em termos mais claros para que os estudantes possam discutir e tomar posição a respeito.

Introduzindo o assunto, Luciano Coutinho colocou que o debate nos termos em que está sendo veiculado nos meios de comunicação é um falso debate, na medida em que existe interesses diversos daqueles que estão sendo apresentados ao público. É necessário buscar estes interesses na própria história do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Após 1930 coloca-se a necessidade de bens de capital (1) no país, sendo o Estado quem vai tomar para si esta tarefa, propondo um tipo de desenvolvimento do qual é exemplo e fato a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Nos anos que se seguem ao término da Segunda Guerra, refluem os projetos do setor estatal, que sofrem certa reativação no segundo período do governo de Vargas (1951-1954), com a fundação inclusive da Petrobrás, mas sentindo fortes dificuldades colocadas pelo capital estrangeiro.

O período seguinte (governo de Juscelino) caracteriza-se pela formação da espinha dorsal da produção de bens de capital, com o estabelecimento de siderúrgicas, refinarias e hidroelétricas estatais, ao mesmo tempo que se estabelece também um setor de bens de consumo duráveis, de propriedade do capital estrangeiro e que vai se dedicar à produção de automóveis, equipamentos domésticos e eletro-mecânicos.

É esta divisão de trabalho definida nesta época, que, permanece até hoje - o setor estatal, responsável pela produção de bens de capital; o capital estrangeiro, pelo de bens de consumo duráveis e o capital doméstico (nacional) dividindo com o capital estrangeiro setores mais tradicionais e menos dinâmicos.

A Concentração do Capital

A entrada dos anos sessenta é marcada pela desaceleração do crescimento no setor

de bens de capital que vai continuar até 1967, bem como pelo agravamento da crise política que vai conduzir ao golpe de 1964. O período 63-67 é marcado por um notório processo de concentração de capital num período de muitas fusões e falências, com a absorção de várias atividades, antes nas mãos da burguesia nacional, pelo capital estrangeiro.

A implantação, pelo Estado, de instrumentos de política econômica mais adequados para interferir na economia, (2) e a metamorfose do setor produtivo estatal em um setor capitalista de estado, marca a entrada no ciclo expansivo de 1968-1974. Ou seja, a transformação porque passou a maior parte das empresas estatais (a exemplo da ELETROBRÁS, PETROBRÁS e Siderúrgicas Estatais) tem como finalidade as-

(continua na página seguinte)





Anistia Geral aos presos políticos, cassados e exilados.

As prisões políticas têm sido uma constante no Brasil nos últimos anos. Os estudantes nunca deixaram de uma forma ou de outra, de se posicionarem frente a este problema. A desorganização, é claro, contribuiu bastante para uma efetividade maior ou menor deste posicionamento. Em 1974, por exemplo, foi dado um grande passo na defesa dos presos políticos, com a criação, na USP, do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, como reação a uma onda de prisões de professores, estudantes, líderes sindicais. É nesta época que se começa a falar de Anistia, mas de forma diversa de como hoje é colocada.

Através da organização deste Comitê, objetivou-se divulgar à população e ao exterior a existência de prisões políticas no Brasil, bem como denunciar as péssimas condições a que estavam submetidos os presos. Para tanto, cada estudante, comprometeu-se a colocar no correio cinco cartas destinadas à população, distribuíram-se selos onde se lia «Liberdade aos Presos Políticos e fim das torturas no Brasil», que eram colados nos mais diversos locais. Outro objetivo era angariar fundos, para as famílias dos presos.

Dele participaram vários setores, como a OAB, Igreja, MDB, que por não concordarem com muitas das posições assumidas pelos estudantes, foram abandonando a luta. Aos poucos, foi havendo um esvaziamento do Comitê: à falta de alunos no Campus em virtude dos feriados da Semana Santa, a organização incipiente dos estudantes e... a repressão. Esta chegou mesmo a barrar a entrada de estudantes na Cidade Universitária e a promover um «black-out» total.

A continuidade das prisões, no entanto, fez com que persistisse a necessidade da luta pela liberdade de organização e expressão no país. O ano de 1975 foi marcado pelo recrudescimento das prisões - principalmente em virtude da descoberta das gráficas do PCB - culminando com a morte do professor e jornalista Vladimir Herzog. Marcando posição frente a esses acontecimentos, os estudantes da USP decretaram greve geral e participaram massivamente do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé.

(continuação da página anterior)

segurar que estas empresas consigam extrair lucros e, desenvolvendo sua autonomia de acumulação de capital, possam autofinanciar seu crescimento. E nesta metamorfose que está a chave para o entendimento da campanha pela desestatização, pois ela causou uma redefinição no tripé capital estrangeiro - capital estatal - capital nacional.

A Defesa da Empresa Estatal

O setor produtivo estatal, então, não se coloca desempenhando seu papel de regulador (o Estado cumprindo seu papel de regulador da concorrência entre as diversas formas de capital, tentando impedir as crises para preservação do sistema), mas pelo contrário, entra em concorrência com os outros capitais na busca de investimentos e mercados. É nesta medida que surgam as fricções entre os vários setores e se estabe-

O Ato Público pela anistia

Em novembro deste mesmo ano era preso em Santa Catarina, na chamada «Operação Barreira Verde» o estudante Roberto João, ex-presidente do DCE da Universidade Federal de Santa Catarina. Depois de torturado foi julgado louco e transferido para o manicômio. Em maio último, em uma tentativa de reagir à violência com que vinha sendo tratado, Roberto João iniciou uma greve de fome. Suas condições de vida eram precárias. O DCE da UFSC e sua mulher vieram então à USP para pedir solidariedade na luta pela defesa da vida de Roberto João.

Por essa época já se iniciava na USP uma preocupação dos estudantes com relação à questão da Anistia e que coincidia com a luta que estava sendo travada pelo Movimento Feminino pela Anistia. A luta pela libertação de Roberto João foi então incluída em uma luta mais geral. Ele era mais um preso político no Brasil e o seu caso tornou-se um dos pontos da pauta do Ato Público pela Anistia, que seria realizado na USP no dia 04/06.

Na Assembléia que preparou o Ato Público, realizada no dia 29/05/76, os estudantes se propuseram a desenvolver uma campanha em favor da Anistia Geral aos Presos Políticos, Cassados e Exilados. Através desta Campanha estariam os estudantes se colocando não apenas contra as prisões políticas, mas também na defesa da livre organização e manifestação política dos estudantes e de outros setores da sociedade. O início desta campanha se daria com a assinatura do Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia, proposto pelo MFPA, devido à necessidade de contarmos com a força de todos aqueles que se propõem a lutar pela defesa dos presos políticos.

Ainda nesta Assembléia, discutiu-se que a nossa participação em favor da Anistia Geral não poderia dar-se apenas através do Ato Público, mas que deveria ser organizada e permanente. Nesse sentido, foi aprovada a formação de uma comissão pelo DCE Livre da USP, que teria a tarefa de elaborar e divulgar documentos e manifestações, exercendo uma vigilância permanente sobre

os atos de repressão e denunciando a

classe que tem, por princípio, a questão da Anistia.

No Ato Público onde estavam presentes, além dos estudantes, o MFPA e o MDB, foram referendadas estas propostas, mas decidiu-se que junto ao abaixo-assinado: que já vinha sendo encaminhado pelo MFPA iria um texto assinado pelo DCE LIVRE da USP, onde os estudantes marcariam a sua posição.

Como já foi dito anteriormente, estes dois setores, apesar de suas limitações podem ser, hoje, aliados do movimento estudantil na luta pela Anistia, podendo trabalhar em cima de pontos comuns, com posições diversas.

É certo que a Anistia não será algo concedido a partir de decisões de cúpula, mas a partir de pressões de massa, ou seja, dos trabalhadores e dos que os apoiam. Se estes não se encontram hoje em condições de exercê-la, por estarem desorganizados, a proposição da luta em favor da Anistia é importante na medida que cumpre a função de organizar aqueles que lutam pelas liberdades democráticas no Brasil.

O M.E. e os outros setores

Qual o sentido de, ao mesmo tempo que nos unimos aos outros setores, mantermos uma posição independente? Pode-se dizer que a luta pela Anistia encaixa-se em uma luta mais geral por liberdades democráticas, hoje levada por vários setores descontentes com o regime. Assim, na medida que temos pontos em comum, podemos levar uma luta conjunta, mas mantendo sempre, o movimento estudantil, a sua independência. Esta independência dá-se em nome da perspectiva que se coloca para os estudantes, quando lutam pelas liberdades democráticas: a desta luta por liberdades democráticas ser condição sine qua non para a organização dos trabalhadores, imprescindível para uma transformação da sociedade.

Já a perspectiva que se coloca para o MDB nesta luta é a de conseguir uma maior participação política de frações da classe dominante, aliadas do poder. Assim, as suas lutas só avançam até onde os seus interesses não estejam ameaçados. O MDB, apesar de ter em seu programa a luta pela Anistia, não reage nem quando são cassados deputados «autênticos» pertencentes aos seus quadros. Portanto, a sua atuação restringe-se aos limites de uma oposição consentida.

O MFPA, que tem como principal método de lutas enviar abaixo-assinados às autoridades, propõe uma Anistia Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos Atos de Exceção, objetivando com isso a União da Nação. Dilui assim, o caráter de

DEFATO

Um jornal mineiro, de jornalistas,

que depende do leitor

DE FATO, av. do Contorno 2399 -
Fazenda - BH, MG - CEP 30000

lê a crise de hegemonia nas classes dominantes, refletida no debate sobre desestatização. Colocada, portanto, a questão nestes termos se desmascaram tanto as posições liberais-privatistas que acenam com os fantasmas do autoritarismo como consequência da estatização, quanto às posições que poderíamos chamar estatais-populistas que, argumentando que o Estado é quem garante o bem estar da população, tenta mascarar o caráter de classe deste Estado.

Finalizando, Luciano Coutinho colocou que na medida em que se entendam essas questões, cabe e é necessária a defesa da empresa estatal, não para colocá-la a serviço do capital, mas tendo como perspectiva colocá-la, não explorando a população, mas a seu serviço.

Fim do Falso Dilema

Falando em seguida, Chico de Oliveira

concordou com as posições defendidas por Luciano Coutinho, acrescentando que a suposição do falso dilema colocado hoje-Estatização conduz ao autoritarismo enquanto privatização leva à democracia liberal burguesa - dá-se pela simbiose dos três capitais, pela sua convergência no Estado, representante de seus interesses. O que remete diretamente à discussão do caráter do Estado brasileiro hoje.

Esta afirmação fica mais clara quando se constata que o próprio processo de metamorfose das empresas capitalistas destrói o caráter ambíguo que o Estado, do ponto de vista da classe dominante, deve assumir ou seja, de corpo social da nação (fazendo passar que os interesses de alguns poucos são os interesses de muitos).

Isso acontece quando o Estado passa a proprietário de uma forma de capital, tornando-se, portanto um concorrente das outras formas de capital, e quando, proprietário de empresas capitalistas, assume o pa-

pel de explorador direto das classes trabalhadoras.

Para finalizar, colocou-se a dificuldade de uma saída nos moldes de uma democracia liberal burguesa para a crise de hegemonia por que passa a classe dominante. Isto porque ao nível das classes dominadas, elas não se reconhecem nesse Estado, que não pode homogeneizar o corpo social, e ao nível das classes dominantes pelo caráter concorrencial que este Estado assume.

(1) Bens de capital são aqueles produzidos para serem usados na produção de outros bens. Exemplos: Energia, aço e outros materiais, petróleo, máquinas, etc. Bens de consumo são aqueles produzidos diretamente para o consumidor. Pode, ser divididos em duráveis: automóveis, eletrodomésticos, etc. e não-duráveis como alimentos, roupas, etc.

(2) A criação do BNH e do FGTS por exemplo, e outros dispositivos de política financeira e fiscal.

«Uma solidariedade cada vez mais consciente»

Há alguns anos atrás, uma das grandes preocupações do governo brasileiro era de mostrar à opinião pública mundial uma Amazônia pacífica e em pleno caminho do progresso. Essa «campanha» governamental chegou a realizar excursões de jornalistas e intelectuais, cuidadosamente escolhidos, por reservas indígenas da Amazônia legal. Não foi preciso muito para invalidar esses esforços.

Hoje, os problemas que afligem os trabalhadores do campo, em todo o Brasil, já não podem ser mais escamoteados. Na Amazônia, o grande capital tem avançado a passos largos — acirrando conflitos em seu caminho.

Os posseiros, expulsos do Nordeste e do Sul, não tem mais fronteiras para desbravar. E o índios, isolados em seus últimos redutos, não podem enfrentar sozinhos um ataque genocida que os extermina.

Mas não se pode negar que as lutas no campo tem se agudizado — e os grupos oprimidos parecem estar a caminho de uma conscientização mais ampla. Como ressalta Dom Pedro Casaldáliga, a teimosia, a luta pela sobrevivência e o ódio contra os opressores já se traduzem numa espécie de união instintiva.

As contradições entre o latifúndio e os posseiros, índios e lavradores vêm assumindo um caráter aberto de combate e a necessidade de uma organização efetiva dos homens do campo se torna cada vez mais urgente. Dentro desse quadro, o trabalho de alguns membros da Igreja se reveste de uma importância fundamental.

Sabemos que a Igreja não é um bloco monolítico, sem contradições internas. Ao mesmo tempo em que o Vaticano se alinha entre os grandes investidores internacionais que exploram e depredam os recursos humanos e naturais da Amazônia, muitos representantes da mesma Igreja Católica realizam um trabalho de conscientização dos homens do campo, que se coloca frontalmente contra os interesses do latifúndio.

O ponto nevrálgico da questão está no tipo de orientação que direciona o trabalho dos bispos e padres que defendem as aspirações da população oprimida.

Quando um grupo de fazendeiros armados invadiu, no dia 15 de julho, a reserva de Meruri, habitada por populações Bororó e Xavante, a reação dos índios revelou bem essa orientação. Durante o ataque, foram assassinados pelos fazendeiros o padre Rodolfo Lubenkein e o Bororó Simão Cristino (ver Movimento nº 56). A orientação humanista e pacifista dos missionários levou os índios a não reagirem e recorrerem às autoridades como a Polícia e a Funai, apesar da crescente insatisfação e ceticismo dos índios mais jovens da reserva.

O trabalho desenvolvido por missionários católicos da Amazônia tem tornado claro que os órgãos governamentais envolvidos na situação — Funai, Incra, etc. — não estão em condições de solucionar os problemas e nem mesmo amenizá-los com medidas paliativas. Esses órgãos estão comprometidos diretamente com os interesses de latifundiários e empresas nacionais e multinacionais. Essa denúncia — frisada por Dom Pedro Casaldáliga nesta entrevista — tem sido constante nos trabalhos do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Resta saber até quando subsistirão todas as contradições que tem impedido que o homem do campo — o posseiro, o índio, o bóia-fria — caminhe para sua emancipação definitiva.

Aqui está a segunda parte da entrevista concedida por Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), para Dois Pontos, iniciada no número anterior.

P: Como se comporta o latifúndio em relação ao índio?

R: Eu responderia com uma afirmação que pode parecer simplista mas que para mim é sumamente verdadeira: o índio é o primeiro posseiro neste país e na América Latina. Infelizmente ele não tinha possibilidade de pensar em propriedade titulada. Ocupou a terra e a trabalhou respeitando-a, entrando em plena comunhão com a natureza. Então o latifúndio age com o índio como age com os posseiros. O índio é para latifúndio um vagabundo; para os organismos oficiais pode ser uma mão-de-obra num dado momento; para a nossa mentalidade e cultura o índio não precisa de tanta terra porque não é lucrativo, não é produtivo, etc. A história deste país e da América Latina respondem bem a essa pergunta. O latifúndio expulsa o índio, o mata em certas circunstâncias e, em todo o caso, impossibilita sua sobrevivência pelo contágio — não estritamente de doenças, mas de cultura, de perspectivas, etc. E a possibilidade de índio é de viver cercado pelo latifúndio. Poderíamos citar o próprio caso do Parque Nacional de Xingu, considerado nacional e internacionalmente, que teve sua melhor parte cortada pela BR 80 a pedido do latifúndio que achou que aquela terra era o «filet-mignon». A partir disso, já tudo foi possível. As próprias estradas oficiais são um comportamento em relação ao índio...

P: Com relação ao problema da preservação da vida indígena, que trabalhos a Pastoral executa na área?

R: Seria bom lembrar, para sermos um pouco simples e realistas, que infelizmente a Pastoral da Igreja foi durante séculos, colonizadora, agindo paralelamente à Colônia. Posteriormente, agiu paralelamente aos bandeirantes e agora, alguns setores têm agido também paralelamente ao próprio latifúndio. Em outros locais dentro da área da Prelazia não tem tido também uma ação direta. Aliás, a gente sente uma gravíssima preocupação nesta hora porque os irmãos Villas,

onde tínhamos alguma entrada, como é o caso da aldeia Tapirapé. É conhecida a reação da Funai a respeito de meu trabalho e o de outros missionários. Às vezes, ela chega a nos barrar a entrada em áreas indígenas, como quando fui proibido de entrar na ilha do Bananal, que pertence a Prelazia e as muitas tentativas feitas no sentido de me expulsar da aldeia de Tapirapé. Sobre a extinção dos índios Tapirapé, gostaria de lembrar que realmente foi a Missão das Irmãs de Jesus que possibilitou não só salvar o índio Tapirapé como duplicar a população e manter ainda numa pureza, numa alegria, uma comunidade de fazer inveja a nós civilizados. A respeito dos demais índios moradores na área falei dos índios Carajás praticamente todos dentro da ilha do Bananal. A Prelazia — a Igreja Católica — desde que começou a trabalhar lá não tem tido possibilidade alguma de agir proximoamente aos índios porque estão dentro da área da FUNAI. Sobre os índios Xavante, quando ainda não estavam dentro da área da FUNAI, foram expulsos de sua aldeia primitiva, que posteriormente se transformou, depois dessa expulsão mais ou menos combinada com forças oficiais e até com certa responsabilidade de alguns elementos da Igreja naquela época, na famosa fazenda SUIÁ-MISSU. A sede da aldeia passou a ser a sede da fazenda. Finalmente, dentro do Parque Nacional do Xingu a Prelazia não tem tido também uma ação direta. Aliás, a gente sente uma gravíssima preocupação nesta hora porque os irmãos Villas Boas, que em muitos aspectos são admiráveis na defesa da causa indígena, estão se despedindo do trabalho na área e a perspectiva, segundo já prenuncia o próprio novo diretor do parque, Olímpio Sera, é nula... O parque acabará.

P: Ao contrário dos posseiros afastados com violência de suas próprias terras, os índios são quase sempre «deportados». Quais as formas de «persuasão» utilizadas pelo latifúndio contra o índio? A FUNAI é utilizada nessas manobras?

R: Sem a intervenção da FUNAI agora e do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) antes,



PPSP/76

praticamente não haveria possibilidade de «deportar» os índios de um lugar para outro. Então, pode-se dizer que a FUNAI também intervém nesse ponto. Agora, essa intervenção é a pedido do latifúndio. Eu diria que é a pedido de interesses ainda maiores: é o sistema que exige essa transferência, ou seja, a máxima concentração possível dos grupos indígenas nas áreas de parques e reservas. Isso, se por um lado pode significar um benefício de salvaguarda da vida, de sobrevivência, por outro lado, representa uma violência, a conjugação de nações de povos tão diferentes em áreas sempre limitadas, criando até conflitos na convivência entre eles e arrancando-os do habitat que para o índio significa muito mais do que podemos imaginar. Nós não temos a comunhão com a terra e com a natureza que este tem e por isso, não damos um valor que o índio pode dar a esse tipo de transferências, esse tipo de deportação violenta, forçada.

P: O senhor conhece as condições sob as quais trabalham e são pagos os peões a serviço do latifúndio?

R: Bem, infelizmente, depois de muitas reclamações, escândalos, relatórios, presença de polícia federal, de SNI e até de alguns elementos do Ministério do Trabalho a vida e as condições de trabalho do peão continuaram as mesmas. Deve-se pensar também na própria condição do peão como elemento já pouco necessário na região porque as máquinas e as próprias condições da pecuária o estão substituindo - depois de plantada a grama do pasto, se dispensa parte da mão-de-obra. O peão da Amazônia viveu sempre em total desamparo das leis trabalhistas, sem carteira, sem possibilidades de apelar para um sindicato na região. O problema geral dos peões é este: o latifúndio, a pecuária extensiva, precisou de muita mão-de-obra barata, marginalizada; com isso o buscou em áreas de pobreza do país, concretamente no Nordeste, no Norte e alguns setores de Goiás, esses peões, arrancando-os aparentemente da fome, da seca, mas de fato, arrancando-os da família e de uma convivência mais ou menos normal e jogando-os num tipo de círculo vicioso, num rodízio fatal: o peão entrava em uma fazenda e quando já virava peão, virava peão para sempre e na palavra dos próprios peões «quem é peão não pode ser mais nada». Passava de uma fazenda para outra, desintegrado. Quando não era morto por um pistoleiro, morria de malária, ou quando não acabava como alguns deles não acabaram, acrescentando nos inferninhos das grandes cidades. Encontravam colegas também expulsos por precisão do Nordeste, nos subúrbios de São Paulo ou já nos subúrbios de Goiânia. Acho que o problema do peão - um capítulo tristíssimo na nova história da escravidão neste país e na América Latina - já está praticamente sendo

«A nova história da escravidão»

encerrado porque, cada vez menos, as fazendas precisam deles.

P: Com relação e este novo tipo de bóia-fria que está surgindo, pode-se fazer um paralelo entre ele e o bóia-fria propriamente aqui do sul?

R: Até certo ponto pode se fazer. Em definitivo, o bóia-fria é um homem sem terra; uma mão-de-obra barata, porque precisa do serviço para a sobrevivência diária porque é carregado e contratado nos mesmos paus-de-arara em que vinham sendo carregados e contratados os peões e finalmente, entrará também num rodízio. Estou lendo nos jornais do sul sobre o tráfico dos bóias-frias entre São Paulo e o Paraná e vice-versa, particularmente é um fenômeno bastante similar. O peão era um bóia-fria para três meses e o bóia-fria é um peão para um dia. Os peões naquela área já estão passando a ser bóias-frias para quinze dias, para uma semana e passarão a ser para um

dia, pelo menos os vindos dos povoados próximos às grandes fazendas. Por outro lado, como a pecuária extensiva precisa de pouca mão-de-obra, haverá lugar para muitos poucos bóias-frias naquela região.

P: Qual o trabalho da Pastoral em relação à defesa das condições de vida e trabalho do camponês?

R: Bem, eu vou falar simplesmente do trabalho pastoral da Prelazia de São Félix. Nós não partimos de nenhum apriorismo: a realidade nos convocou, nos constrangiu a perceber, a sentir, a sensibilizarmos-nos pelo problema. Em segundo lugar, a estudar suas causas e seus efeitos e logicamente colocarmos-nos abertamente, manifestadamente, agressivamente, se vocês querem, do lado do posseiro, do lado do peão, do lado do índio. O trabalho da pastoral tem sido então, sobretudo, uma solidariedade total, muitas vezes uma solidariedade impotente, reconhecida. Depois, um trabalho logicamente de conscientização, nos aspectos conhecidos e normais da palavra. E, finalmente, um trabalho diríamos, de companhia na teimosia, na fixação, na medida em que a Igreja solidária estava presente ao lado deles, as vezes, não num serviço mais diretamente pastoral, senão também de enfermagem, de escola e outro tipo de serviço que podem parecer mais ou menos assistenciais. Evidentemente o posseiro, peão ou índio se sentiam mais acompanhados. Se a lei não os protegia, pelo menos alguém que podia parecer «superior» ou mais ou menos vinculado a alguma lei, pelo menos a lei de Deus, os estava amparando, protegendo, acompanhando. Eu sei que se poderia discutir sobretudo em termos de sociologia e futuro e trabalho Pastoral da Prelazia. Eu gostaria de dizer, entretanto, que se todo o trabalho humano é provisório em relação ao futuro, um trabalho de emergência numa área de tragédia deve ser provisório evidentemente, mas não pode ser dispensado. A gente faz o que pode e grita quando não pode fazer outra coisa, e quando não pode nem fazer nem gritar ou depois de fazer e gritar apanha; é o que tem acontecido

«Pregar a teimosia para o povo»

com vários elementos da equipe pastoral... Se o povo apanhava é lógico que nós, querendo ser honestos com o evangelho e com o povo deveríamos apanhar também. Assim, quando citava na minha primeira carta pastoral a solução do Cardeal Marty de que a missão do bispo é ser a voz dos que não têm voz eu sentia que essa atitude poderia ser paternalista. Agora, poderia ser também uma atitude médica, ou simplesmente humana: alguém está se afogando e se não pode gritar eu grito por ele. Reconheço que não é uma atitude definitiva mas, talvez, a única possível. Por outro lado, a gente grita porque o próprio povo pedia que gritássemos; às vezes pediam explicitamente.

P: Há diferença de posicionamento dos bispos da CNBB com relação aos problemas vividos na Prelazia de São Félix, particularmente, e os da ocupação da Amazônia em geral?

R: Sim. O bispo por ser bispo pode ter, não deixa de ter sua vida, suas experiências, sua história familiar e, por isso mesmo, sua ideologia. Existem bispos que defendem o latifúndio capitalista, outros que defendem uma reforma sossegada e tranquila a prazo de séculos e há um pequeno grupo de bispos que concorda plenamente com a atitude da Prelazia. Eu gostaria de dizer, não para me defender mas para fazer jus à experiência e à história, que muitos prelados, bispos da Amazônia que achavam extrema e incompreensível nossa posição há um tempo atrás, eles mesmos fizeram, depois questão de me dizer que concordavam que nas suas próprias áreas estavam sentindo o mesmo problema; à medida que a queimada do latifúndio ia entrando e

eles sentindo calor do fogo e o grito de seu povo, tinham que, como nós, começar a gritar, a reclamar, a pregar a teimosia para o povo e a reconhecer que o latifúndio era injusto, que neste país, não digo o povo em geral, mas certamente o pobre homem do campo, era praticamente esquecido e postergado ao interesse do boi, do latifúndio, da multinacional, etc.

P: Como vê a posição de D. Helder Câmara de que as instituições religiosas que têm alguma participação acionária em companhias multinacionais deveriam nelas intervir para torná-las mais humanas? Assim, como fica o problema da participação acionária do Vaticano na Liqueigás, dona de 6 bilhões e 25 milhões de metros quadrados de terras na Amazonia?

R: Gostaria, em primeiro lugar, que as multinacionais não existissem. Em segundo lugar, eu exigiria, em nome da Igreja, do Evangelho, que as instituições religiosas não tivessem nenhuma participação nelas. Em terceiro lugar, eu duvido muito que as multinacionais possam ser humanizadas, o que para mim, constitui um problema anterior, de ideologia e política econômica. A respeito da participação do Vaticano na Liqueigás, concretamente na Suiá Missu, tenho uma informação concreta: tentei me

«Duvido muito que as multinacionais possam ser humanizadas»

informar através da Nunciatura mas ainda não tirei a água clara, como se diz lá na Prelazia. Parece que o Nuncio negou tal participação. Eu imagino que o Vaticano teria, há algum tempo, ações da Liqueigás ou da Liquefarm e que, depois transferiu essas ações. Se agora ainda tem ações, o que eu digo para as instituições religiosas em geral eu digo para o Vaticano.

P: De que forma participa o governo, dos conflitos de ocupações de terras na Amazônia?

R: A política oficial é de integração e ocupação. Isso significa criar, apressadamente, uma infra-estrutura de estradas. Em segundo lugar, possibilitar ao máximo, com incentivos fiscais, o estabelecimento das grandes empresas nacionais e multinacionais. Isso só já explicaria como o governo participa nos conflitos de ocupação de terras. Nos diferentes níveis, se manifesta, por um lado com os incentivos às grandes empresas pecuárias com a impossibilidade, já disse, do INCRA agir. No nível estadual, no Mato Grosso por exemplo, o governo tem sido reconhecidamente latifundiário e fornecedor do latifúndio. As atividades policiais e judiciárias têm se manifestado extremamente parciais, intervindo em despejos, prisões e espancamentos de posseiros. Em nível municipal, concretamente na área da Prelazia, o prefeito de Barra do Garças foi denunciado, com mais do que justiça, como sendo o maior grileiro da região. Eu poderia dizer, com precisão, que seu cartório parecer ser, um dos cinco mais sujos em matéria de terras em todo o país.

Qual a qualidade do trabalho executado na região pelas terras do Projeto Rondon?

R: O projeto Rondon, de modo organizado, não agiu ainda na região. Agiram, sim, os militares da Organização ACISO (Ação Cívico-Social) que, por duas vezes, segundo aliás foi denunciado por mim como uma operação estritamente vandálica de invasão, de prisões, espancamentos e terror sobre o povo da região. Nessas circunstâncias se apresentaram alguns elementos do projeto Rondon que eu não gostaria de qualificar exatamente nem de estudantes, nem de Projeto Rondon.

P: Quais os maléficos trazidos pelo sistema de incentivos fiscais da SUDAM ao sertanejo? Quem é realmente o grande perdedor desse sistema?

R: Os incentivos fiscais significam a canoização do latifúndio na área. Significam para o grande perdedor que é o povo - o lavrador, o posseiro, o sertanejo, o índio - a impossibilidade oficial, legal de se defender de manter sua terra e, em última instância, de sobreviver. Se o latifúndio não tivesse uma cobertura oficial, evidente que as possibilidades de reação do posseiro seriam bem maiores.

P: De que maneira os projetos latifundiários modificam o meio ambiente?

«O problema agrário é fundamentalmente político»

R: É sabido que na Amazônia legal são praticamente já quatro milhões de hectares de matas devastadas. Um deputado gaúcho recentemente falava, se referindo ao país todo, do abate de uns 11 milhões de árvores por dia, cifra astronômica e demoníaca, em termos de ecologia. O presidente da Associação dos Agropecuaristas da Amazônia, João Carlos de Souza Meirelles, se queixava do posseiro como sendo o grande desmatador, o grande devastador. Na verdade, são as grandes fazendas, a pressa, a cobiça, a falta de sentido humano e ecológico das companhias multinacionais e nacionais, que vêm devastando irreparavelmente a Amazonia.

P: Sabemos que se a instância ideológica de uma sociedade não mudar, não adianta querer mudar ecologicamente uma região depredada, pois no máximo, estaríamos atacando efeitos em vez de causas. Como vê a afirmação aplicada aos problemas de meio-ambiente em sua Prelazia?

R: Estou plenamente de acordo com essa colocação: se não muda o regime, se não muda o sistema em termos radicais, de política socio-econômica, não há possibilidade nem de conter a depredação ecológica nem de conter o despejo do posseiro, nem de sobrevivência do índio. O problema agrário geral do país é fundamentalmente político: só uma mudança radical da política traria uma verdadeira reforma agrária, assim como uma mudança radical de comportamento frente à árvore, ao homem, ao índio, posseiro, peão.

P: Como está organizado o posseiro em termos da defesa de sua vida? Quais suas formas de ação frente à tragédia que o atinge?

R: Organizado propriamente não, pelo menos se entendemos a organização em termos de luta trabalhista, sindical. O posseiro não está organizado e não tem condições para isso, por causa das distâncias, da falta de infra-estrutura e da própria situação política que estamos vivendo. Agora, o posseiro tem o seu modo próprio de se organizar: a primeira atitude básica de luta é uma vontade de sobreviver que se traduz na teimosia; apanhando e aprendendo, sucessivamente deslocado de sua terra e já perdendo, talvez, anteriores ilusões de encontrar outras terras gerais ou devolutas, finalmente se afirma e decide defender, até a morte, a vida de seus filhos. Se organiza também de modo mais ou menos espontâneo com a solidariedade cada vez mais consciente, compartilhando o problema com seus irmãos de infortúnio. Se tem percebido, por exemplo, tanto por parte dos posseiros como dos índios, que uns e outros se sentem cada vez mais companheiros de luta. No Brasil, entretanto, não se poderia dizer que haja um grupo de posseiros organizado, mas há muitas experiências de roças comunitárias e grupos de reflexão, de conscientização, de luta pela defesa da terra, na exigência dos próprios direitos a essa terra.

A História Não Fatalista

O Marxismo e o Desenvolvimento na Natureza e na Sociedade (Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado), por George Novack. Porto, Edições Pluma, 1974. 40 páginas. Preço: Cr\$ 30,00.

Este livro contém importantes contribuições para a discussão do problema do desenvolvimento histórico das sociedades. Principalmente, se pensarmos nas concepções que norteavam o período stalinista, segundo as quais a evolução das sociedades ocorreria por etapas que deveriam necessariamente ser cumpridas.

Esta idéia quase que «fatalista» da História, de um lado, levou a posições que retiraram totalmente aos homens, ou melhor, às classes sociais interessadas na mudança, seu papel de agente transformador das sociedades, pois estas estariam «destinadas» à transformação a partir de seu natural desenvolvimento econômico. De outro lado, estas concepções resultaram em posições políticas que acabaram por deter as aspirações do proletariado de muitos países, alegando que as condições econômicas destes países não estavam «maduras» para o socialismo, que seria preciso cumprir todas as etapas capitalistas para que fosse

possível ocorrer sua transformação. (1) A importância da contribuição de Georg Novack, marxista norte-americano, está em discutir a possibilidade de ocorrer saltos históricos no desenvolvimento das sociedades. Esta idéia, presente nos escritos do próprio Marx, notadamente em «Formações Econômicas Pré-Capitalistas» (2), é explicada pelo autor através da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Novack a concebe como «uma das leis fundamentais da História Humana» e a descreve e explora com grande clareza e profundidade. Para ele, não só nas sociedades, mas também na própria natureza, pode-se verificar a presença e a ação desta lei. Assim, sua exposição aborda os dois aspectos da realidade, sob o ponto de vista da lei do desenvolvimento desigual e combinado. O interesse que o livro apresenta aos que desejam conhecer ou aprofundar os princípios fundamentais da análise dialética da realidade é bastante significativo. Daí nossa sugestão.

(1) É o caso da Espanha durante sua guerra civil (1936-1939).

(2) Marx, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

DLP

R. Afonso Pena - 272 - Tel: 227-0607 — Bom Retiro — lojas na Cidade Universitária: Prédios do Biênio, Química e Mecânica.

FOTOLITOS
COMPOSIÇÃO IBM
IMPRESSÃO OFF-SET
MATERIAL ESCOLAR
LIVROS E APOSTILAS

NAS BANCAS VERSUS ESPECIAL
SÓ DE QUADRINHOS

CHICO CARUSO
LUIZ GÊ
BRECCIA
H.Q. DE ARTISTAS LATINO-AMERICANOS
JULIO CORTAZAR, COM O SUPER-HEROI FANTOMAS
UM DEPOIMENTO DE HENFIL
JÔ DE OLIVEIRA

LEIA E ASSINE MOVIMENTO

ANUAL Cr\$ 300,00
Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados.

SEMESTRAL Cr\$ 150,00
Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados.

Desejo receber uma assinatura de Movimento:

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Profissão _____ Idade _____

Cidade _____ Estado _____

Neste sentido, estou enviando o cheque de n.º _____ em nome de Edição S/A

— Editora de Livros, Jornais e Revistas
Se o pedido de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 2360 535 E 020 M FORTI Bureau 142 — Paris France
Preço da assinatura no exterior ANUAL US\$ 70 ; SEMESTRAL US\$ 35

CASA ESPECIALIZADA

- DESENHO
- PINTURA
- ENGENHARIA
- ARQUITETURA

EMPÓRIO ARTÍSTICO

“Michelangelo”

COLASUONNO & CIA. LTDA.

MATRIZ - R. LÍBERO BADARÓ, 118 FONES: 32-2292 - 35-4257

FILIAL 1 - R. MARTINS FONTES, 185 FONE: 256-2120

CAIXA POSTAL 2862 - S.P.

CURSOS DE INGLÊS

- básico
- avançado
- tradutor
- técnico
- conversação

cat

• plano de bolsas •

FONE - 71.65.51
R. Vergueiro; 2557

Café Paris

o seu encontro com gente, café e livros.

Rua Waldemar Ferreira nº 149 - butantã - S.P.

CADERNOS CEBRAP LEIA CADERNOS UNICAMP

EM AGOSTO

Cadernos de DEBATE 1 História do Brasil

Cadernos de Literatura e Ensaio ALMANAQUE 1

editora brasiliense

CORO DOS DESCONTENTES



«Como leitor deste jornal e aluno da USP, gostaria de reivindicar este espaço - que se pretende ser uma «tribuna livre» - para colocar algumas questões referentes àquilo que foi o cerne do Movimento Estudantil a partir da greve da ECA, ou seja: o DCE livre da USP.

«E fazer alguma críticas quanto ao seu funcionamento, depois de criado:

«Parece que alguns dirigentes ainda acreditam que sua representatividade é determinada somente pela vitória obtida em um processo eleitoral. E que, uma vez eleitos, podem dar ao organismo que dirigem, o direcionamento que lhes convier, (cabendo portanto à massa de seus congregados apenas aceitar os planos que eles traçam).

«Esquecem os companheiros que, o que forma a organicidade de uma entidade, não é o seu lado formal, os cartazes com siglas impressas, os envelopes timbrados, ou seja, o lado morto. Pelo contrário, o que dá organicidade a essa entidade, é o seu lado vivo: as atividades e lutas que esta possa encaminhar. Assim sendo, é necessário que as diretrizes desta não se constituam em um mero cumprimento da plataforma sobre a qual foi eleita, mas principalmente pelas determinações estabelecidas por seus congregados, que devem ser consultados sistematicamente e democraticamente.

«Só quem não sabe das coisas é capaz de acreditar na representatividade autêntica de um processo eleitoral. Só os inocentes deixam suas entidades ao bel-prazer de seus dirigentes, dizendo: «Eles sabem o que fazem».

«Uma entidade pode dispor da mais brilhante das direções. Entretanto, se não consegue obter o apoio efetivo de quem representa (que, evidentemente não se dá através do voto mas do encaminhamento de suas propostas) cai nas estereótipos, correndo o perigo de morrer por inação. Assim sendo, se uma proposta nasce de mobilização direta como por exemplo, de uma assembleia, se esta é aprovada por esta assembleia, podemos afirmar seguramente que sua representatividade é muito mais autêntica do que aquelas elaboradas em reuniões secretas e quatro paredes. É claro que existem aqueles que defendem o ponto de vista de que: «os estudantes que vão às assembleias, são a minoria consciente do Movimento Estudantil. Portanto, as propostas dali tiradas, estão

muito distantes da grande massa dos estudantes. E o que deve pautar nosso encaminhamento é exatamente essa grande maioria silenciosa». E caem por assim dizer em um paternalismo muito comum entre aqueles que afirmam: «É preciso dar aos colegas a consciência que lhes falta.» Esquecendo que consciência não é coisa que se dê mas coisa que se adquire através da ação. E toda a ação consequente é determinada por necessidades concretas e reais, e não através de estímulos artificiais.

«A diretoria atual do DCE, entretanto, parece não ser dada a reuniões abertas, a assembleias. Segundo entendemos, a esta apetece mais o funcionamento precário de suas comissões internas. Queremos ressaltar aqui que levamos em conta as condições objetivas que o DCE enfrenta em termos de infra-estrutura, além da ameaça constante da repressão policial. Mas queremos ressaltar também que somente a denúncia de todas as ameaças feitas a nossas conquistas e somente o posicionamento efetivo diante delas, podem contribuir para o fortalecimento dessas conquistas.

«Os órgãos policiais arrombam a sala do DCE. E ficamos de braços cruzados? Posteriormente fazem ameaças a vários estudantes. E calam os? Mas então, o que fazemos com o espaço político tão arduamente conquistado? Como fica o DCE, ponto culminante de todo um processo de lutas? De que nos serviu, derrubarmos na prática o decreto 228 que impede a criação de entidades livres? Quero deixar claro que essas são perguntas feitas não à diretoria do DCE, mas a todos aqueles que compõem seu todo orgânico (a oposição e a massa dos estudantes). Cabe a nós nos movimentar em torno, da entidade, cobrando de sua diretoria, o cumprimento do ponto mínimo por nós aprovado em assembleia: de que seriam feitas reuniões mensais, abertas à participação de todos.

«É claro que existem níveis diferentes de participação. Existem aqueles (classifica-

dos por nós como populistas) que julgam o nível participação numa entidade pela quantidade de pessoas que nela trabalha. Ou seja: uma reunião boa é aquela em que todo mundo fala, não importando o que diga; jornal bom é aquele em que todo mundo escreve pouco importando que sejam «tratados sobre o canto dos grilos». Agindo assim, essas pessoas esquecem o princípio mínimo que rege a existência dos homens que é a organização. Não queremos uma entidade estruturada nesses moldes. Também não queremos uma entidade existindo apenas formalmente. Queremos, sim, um organismo que de fato nos represente, que cumpra sua função menor, que é a de organizar e dar sentido às reivindicações mais específicas dos estudantes, globalizando-as, oferecendo perspectivas para o avanço de nossa luta. Afinal de contas, não fizemos tanta coisa prá nada. Insisto: quando digo nosso organismo estou levando em conta inclusive os movimentos de oposição à diretoria. Assim como também estou considerando meu grau de responsabilidade perante isto. O grau de liberdade de nossa organização, depende de seu fortalecimento».

UM ALUNO.

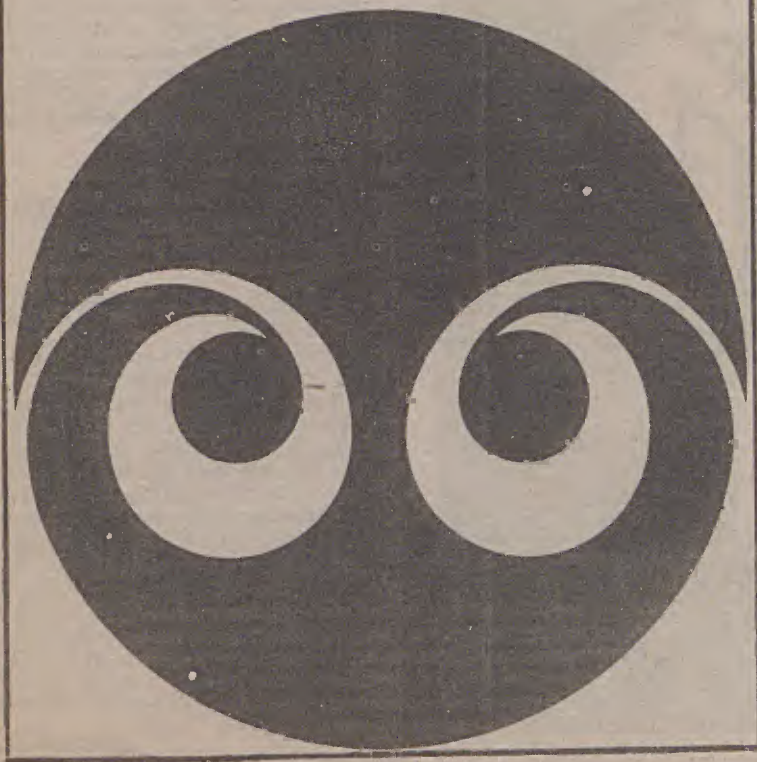
EXPEDIENTE

Edição sob a responsabilidade do CEAC - Centro de Estudos de Artes e Comunicação. Colaboraram neste número alunos da ECA, POLI, FAU, CIÊNCIAS SOCIAIS, UNICAMP.

Correspondência para: DOIS PONTOS - Rua Afonso Pena, 272, S. Paulo, SP. Tiragem 5000 exemplares. Números atrasados: endereço acima. Nenhum direito reservado. Distribuição manual. Composto e Impresso na EMPRESA JORNALISTICA AFA, Av. Liberdade 704, S. Paulo.

por la defensa de los derechos de los trabajadores de teatro.
por la difusión del teatro en los sectores populares.
por la elevación del nivel artístico de los grupos.

corporación colombiana de teatro



(continuação da pág. 16)

há autoridade. A ciência nasce como liquidação da autoridade.

«Então, se não há autoridade, o que tem que haver? Tem que haver um método de trabalho. Um método coletivo que deve estar em constante mutação desde que se pretenda científico. Temos que aprender a trabalhar com outras pessoas porque a ideologia que nos meteram na cabeça é a da originalidade e do trabalho individual. Isso não existe. É tudo um mito.

«O trabalho coletivo pressupõe, não a eliminação do diretor mas uma maior divisão de trabalho, por etapas. Na primeira etapa, o grupo investiga o tema. O ator aí tem que se converter num homem culto que conhece a história de seu país, responsável politicamente, que tem que estar a par do que está acontecendo, que tem que estudar o marxismo. Na segunda etapa, todos são dramaturgos, concretizam a idéia da obra. E logo vêm as improvisações que vão enriquecer este esquema. Improvisa-se por equipes, onde os atores também são diretores e vice-versa. Os atores assistem as improvisações dos colegas e fazem sua análise, e não sua classificação: se é boa ou má, rica ou pobre, pois ela não é criticável em si. Ninguém pode dizer que a improvisação é boa ou má, porque o ator aí, não está fazendo nada de bonito; está buscando o confito, trabalhando com as forças em pugna.

«A análise se baseia nos aspectos nos quais a improvisação questiona a própria

análise do texto, pois a improvisação é um jogo, um jogo livre. E o jogo, em arte, é um elemento criador; é anti-inibitório e anti-repressivo. Na análise sempre está presente a ideologia; no jogo também. Mas o jogo serve para esclarecer as coisas, ou seja, separa o que deve ser o mais importante e o mais secundário do ponto de vista ideológico. O jogo inverte as coisas, é contraditório, é dialético. E daí, sua extraordinária força criadora. Essa contradição entre análise e jogo deve ser levada às últimas consequências e nunca se deve matá-la.

«O teatro que se pretende profundamente racionalista se torna mera ilustração da ideologia do grupo. Isso é um perigo pois a arte não é a ilustração de nenhuma ideologia. O trabalho teatral tem que questionar constantemente a ideologia. E para isso que fazemos arte, para nos questionar. O trabalho artístico não pode ser a ilustração nem de nossas análises nem de nossas concepções. A arte é um constante questionamento.

«Aí entra também o problema da formação do ator que, tradicionalmente faz com que todos os atores sejam iguais. O que ele pensa não importa, mas sim, sua capacidade técnica. Para tudo existe um padrão: de dicção, de expressão corporal, etc. Ou seja, sua formação é normativa, vinculada, lógico, à relação ator-diretor, que também é normativa».

«Isso tudo tem que ser questionado, tem que ser transformado já que as necessidades políticas de nossos países exigem que o teatro, assim como toda a atividade humana, se dirija e esteja à serviço de uma nova camada social, a camada que tem o poder real de transformar toda a sociedade».

Colômbia: o teatro no terceiro mundo

«De ese 'Viet Nam latinoamericano' que tanto nos duele e caldea nuestra sangre, han traído un extraordinario espectáculo dialéctico, de diversion antilienante que desnuda a la falsa historia burguesa e muestra el juego de las oligarquias contra el sufrido pueblo y la única respuesta que este tiene para impedir su total exterminio. Es tanto lo que tenemos que aprender de los teatreros colombianos!» (do jornal colombiano «El mundo» sobre «Guadalupe años sin Cuenta» criação coletiva do grupo de teatro La Candelaria da Colômbia — 1976).

O movimento teatral desenvolvido hoje na Colômbia, por seu caráter eminentemente combativo e popular, pode ser considerado como um dos mais representativos da luta dos povos latino-americanos por sua libertação e auto-determinação. Sua arte não é «vendida como mercadoria», ou seja, na Colômbia não existe o teatro comercial; apenas grupos independentes que trabalham junto às camadas populares. Dos noventa e seis grupos existentes, oitenta por cento montam apenas textos de autores nacionais ou latino-americanos.

Esses grupos trabalham unidos dentro da Corporação Colombiana de Teatro, criada em 1970, em resposta aos atos repressivos do governo e que segue três postulados: defender os direitos dos trabalhadores de teatro, elevar o nível artístico dos grupos e conseguir, organizadamente a difusão do teatro nos setores populares. Nesse momento, a Corporação tem o apoio da maior parte das organizações de massa como a Confederação Sindical dos Trabalhadores da Colômbia, da Central Nacional Pró-Vivenda, da União Nacional de Estudantes Universitários, da União Nacional de Estudantes Secundários, e outras.

«Portanto, meter-se contra a Corporação já não é somente meter-se contra os artistas mas contra todas essas organizações», diz Patricia Ariza, sua atual presidente. O teatro, então, para os povos oprimidos da Colômbia, assumiu uma nova função, uma função de luta e questionamento da realidade de seu país, o que revolucionou, através da compreensão correta de suas necessidades, sua organização e método de trabalho. Caracteriza-se, hoje, por um teatro totalmente imbuído por um caráter nacional e anti-imperialista que, sem servir como modelo para o teatro de outros países latino-americanos, tem importantes contribuições a oferecer, levando-se em conta as peculiaridades de cada país.

O que publicamos a seguir é um pequeno trecho de uma palestra proferida por Enrique Buenaventura, um dos mais importantes dramaturgos colombianos e diretor do Teatro Experimental de Cali, durante a IV Conferência Internacional de Teatro do Terceiro Mundo, realizada em Caracas, em abril deste ano. Buenaventura fala sobre a organização dos grupos de teatro e a formação profissional do ator, o que entendemos ser de grande valia para os grupos que se dedicam a um trabalho independente hoje no Brasil, contribuindo para o debate e o enriquecimento de sua atuação.

«Como a formação profissional do ator é um problema muito vasto e complexo, não vou dar senão algumas indicações sobre a maneira como esse problema se nos apresenta concretamente, pelo menos nos grupos da Corporação. Partirei do seguinte ponto, que evidentemente é polêmico, ou seja, que há duas formas de investigação: uma primeira que podemos chamar o laboratório e uma segunda, que parte de uma

nova relação com um novo público. Essas duas formas, quanto ao trabalho do ator, do diretor e quanto às relações ator-diretor não se opõem em absoluto; pelo contrário, podem e devem complementar-se. Mas, temos que dizer que a segunda forma é a que determina mudanças profundas na estética teatral. Isso está determinado historicamente, ou seja, na história do teatro podemos constatar que as mudanças profundas se produzem sempre que há uma transformação na relação do teatro com seu público; quando há uma transformação de classes sociais que assistem teatro. Esse público tem novas exigências, novos pontos de vista; propõe e necessita uma linguagem diferente e impõe convenções e espaços novos. As relações no interior da armação teatral, da companhia de teatro, também mudam. Não são as mesmas para nada.

A ilusão da originalidade

Também o trabalho de laboratório tem grande importância, mas o que se acredita é que, ao encerrar-se num laboratório se pos-

sa transformar o teatro. Me parece que quem acredita nisso cai, sempre, numa ilusão muito em voga em nosso tempo: a ilusão da originalidade de se inventar coisas cada vez mais raras; a ilusão da imaginação solta, capaz de inventar coisas inverossímeis novas imagens... Mas vemos que tudo isso passa. As melhores imaginações entram no tubo da originalidade e saem dali, se aniquilam, se acabam, e depois, já não aparecem mais. A imaginação acabou? Já não são gênios?

«Mas o problema não é esse. O problema é que não pode haver uma mudança profunda enquanto não haja uma nova relação com um novo público, quer dizer, enquanto o teatro não se colocar à realidade da transformação da sociedade dentro da qual estamos vivendo. Por exemplo, é só a partir do processo de politização dos teatros colombianos, um processo que corre paralelo à agudização da luta de classe em nosso país, o surgimento do movimento guerrilheiro, etc., que nossos teatros começam a mudar radicalmente. Isso nos levou a colocar de maneira totalmente nova o problema da formação do ator, porque ao fazer um teatro ligado à problemática de nosso país, que possa contar sua verdadeira história, exigia

novas relações em todos os aspectos da estrutura teatral.

Ator: operário que vende sua força de trabalho

«Primeira nova relação: grupos e não companhias, nem sequer cooperativas. São esses grupos que podem ter uma certa continuidade e fazer uma teorização de suas próprias experiências. Ademais, grupos formados por um pessoal consciente onde não é o diretor quem decide que obra se monta, mas sim o próprio grupo, como um todo. Essa é uma diferença radical entre o grupo e a companhia.

«A companhia está estruturada de maneira perfeitamente capitalista: Há um empresário, logo há um diretor que é um técnico contratado pelo empresário, e há os atores que são operários que vendem sua força de trabalho. Esses têm que realizar o que pensa o diretor e, assim como o operário, não têm qualquer participação na produção.

«De uns tempos para cá também se usa a improvisação, mas somente para que os atores ilustrem a idéia que o diretor tem da cena. Essa improvisação que comprova o que o diretor pensa, que agrega coisa ou facilita a idéia que o diretor já tinha da montagem, não serve. Ou seja, é uma nova maneira de explorar os atores porque eles não recebem pela improvisação. É como o tipo que além de ter uma servente em casa, dorme com ela. É explorar o mais íntimo do ator, sua parte criadora, para que sirva ao diretor e, por conseguinte, à empresa. Forma-se o ator para que esteja à serviço do diretor.

«Isso exige uma mudança na formação do ator, por que já não podemos seguir entendendo sua formação como a de um técnico flexível, com uma boa expressão corporal, com sua voz colocada, a respiração em ordem, disposto a fazer qualquer coisa. Dê voltas pelo cenário! Mexa a pestana! Chore! Ria! Está pronto? Mas pronto para que? Para o que você quiser! Quer que eu faça uma comédia? Que que eu faça uma tragédia? Não há problema! Estou pronto para qualquer coisa dependendo de quanto me paguem! Ou seja, o ator, geralmente, é alguém formado para que venda sua força de trabalho ao melhor pagador. Assim sua criatividade, fica totalmente limitada em função do que deseja o diretor, a empresa, o capital, o lucro.

Em arte e em ciência não há autoridade

«Isso é o que se tem que romper. Um ator é um homem consciente, que participa de um grupo e que, com esse grupo, constrói a obra. E isso transforma também a formação corporal e o trabalho de voz porque, como se sabe, a técnica não é neutra. Ela tem que estar profundamente relacionada com o tipo de teatro que esse ator desenvolve. Ele não pode estar formado para qualquer coisa.

«Tudo que já está estabelecido sobre a formação do ator tem que ser revisto. E, principalmente, a relação ator-diretor. Ai, o que se questiona é o conceito de autoridade. É preciso dizer, de uma vez por todas, que a autoridade em arte e em ciência não serve para nada. Em arte e em ciência não

(continua na pág. 15)

